



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BRENDA MIRELY RIBEIRO DE SOUZA

**UM OUTRO PACTO CIVILIZATÓRIO: ECOANDO VOZES DE MULHERES
NEGRAS**

**Itabaiana
2024**

BRENDA MIRELY RIBEIRO DE SOUZA

**UM OUTRO PACTO CIVILIZATÓRIO: ECOANDO VOZES DE MULHERES
NEGRAS**

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora:
Profa. Dra. Fernanda Amorim Accorsi

Itabaiana
2024

BRENDA MIRELY RIBEIRO DE SOUZA

UM OUTRO PACTO CIVILIZATÓRIO: ECOANDO VOZES DE MULHERES NEGRAS

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora:
Profa. Dra. Fernanda Amorim Accorsi

Aprovada em: ____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda Amorim Accorsi
Departamento de Educação (DEDI-UFS)

Profa. Dra. Kátia Cristina Norões
Departamento de Educação (DEDI-UFS)

Profa. Dra. Maria Batista Lima
Departamento de Educação (DEDI-UFS)

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que afrontam diariamente as diversas desigualdades existentes, possuem senso de justiça e lutam pelo o direito de ser e existir. Que esse escrito seja um lembrete da força, positividade, potência e intelectualidade contida em cada mulher negra desse país e que elas possam ser referências para outras tantas mulheres que intencionam ver o mundo por outros olhos, que não os coloniais. Que sigamos ecoando a nossa voz e a nossa potencialidade!

AGRADECIMENTOS

Venho pensando nos agradecimentos desde que iniciei a maturação de ideias para a construção desse escrito, em minha mente muita coisa se passou, e desde então, venho refletindo minhas vivências ao longo da vida, bem como os/as personagens que colaboraram para que toda essa emoção fosse possível. Destarte, inicio agradecendo a Deus por me fortalecer e me sustentar em todos os momentos, gratidão, senhor por cuidar tão bem de mim e dos/as meus/minhas.

Agradeço e dedico esse trabalho as mulheres da minha vida, a minha mãe Joelia Ribeiro de Souza e a minha avó Alaide Ribeiro de Souza que são para mim fonte de inspiração, amor e ternura. Duas mulheres brancas que possuem trajetórias marcantes e que nunca mediram esforços para me estimular e me proporcionar o acesso e permanência na educação. Obrigada por me criarem, me educarem e me inspirarem diariamente a nunca desistir dos meus sonhos, a acreditar no meu potencial e quebrar barreiras.

Agradeço a meu pai/avô Manuel Francisco de Souza por ser meu exemplo e fonte de inspiração. Obrigada por todos os diálogos e construções, ouvi-lo discorrer acerca da sua jornada estudantil sempre me motivou a valorizar as oportunidades que tive/tenho. O senhor é o melhor pai que eu poderia ter!

Agradeço aos/a meus/minha irmãos/irmã Brendo Souza, Eduardo Souza e Jaciele Souza que assim como minhas primas, Camila, Erica e Renata, sempre me apoiaram e vibraram comigo a cada passo/conquista.

Agradeço aos/as meus/minhas amados/as tios/as Joelio Souza, Jocelma Souza, Joelma Souza, Joelson Souza e Joaldo Souza por sempre me apoiarem e me incentivarem a alcançar meus objetivos.

Agradeço ao meu companheiro, João Marcos por ser a minha calma em meio a tempestade e por sempre me ajudar a reconhecer minhas potencialidades, me apoiar, me incentivar e fomentar minhas ideais e sonhos. Obrigada por ser tão incrível!

Agradeço a minha amiga Maria Eduarda que me inspirou a produzir esse escrito ao me apresentar Dandara dos Palmares e que foi a minha grande incentivadora desde o início. Obrigada por todo suporte, material, leitura e por ser meu ombro e ouvido amigo ao longo dessa produção.

Agradeço aos/as meus/minhas amigos/as Adson, Carol, Cleide, Fafá, Flaviane, Jucielle, Karol, Kelly, Leonan, Roselaine e Simone por toda parceria e suporte ao longo da vida, vocês são essenciais para a maturação e conquista dessa etapa da minha vida.

Agradeço aos/as meus/minhas companheiros/as de trabalho, Alda, Alisson, Jaciara e Rodrigo que assim como Maria Eduarda, foram suporte durante a minha trajetória acadêmica e na produção desse escrito, eu não poderia contar com uma equipe melhor, obrigada por todo apoio.

Agradeço a toda turma 2018.2, em especial aos/as meus/minhas amados/as e queridos/as amigos/as Anaclesia Chagas (Aninha), Antônio Matias, Jalisson Araújo (meu número 8), Késia Ramos, Laudemila dos Santos, Lucas Oliveira, Maria Adelaide, Maria Alice e Taynara Santos, cada um/uma de vocês foram essenciais por diversos momentos para que a minha trajetória acadêmica fosse leve, e seguisse os cursos necessários. Agradeço também a minha amiga Geovana Vitória por toda parceria e por ser desde o início desse escrito o meu porto seguro! Geo, obrigada por ser a minha luz e conforto.

Agradeço aos/as professores/as do DEDI, em especial a João Paulo Oliveira Gama, Livia Jessica Messias de Almeida, Marco Aurelio Dias de Sousa, Maria Batista Lima (Lia) e Mônica Andrade Modesto, obrigada por serem minha inspiração enquanto docentes e seres humanos, agradeço por todas as possibilidades e conhecimentos que pudemos construir juntos/as. Me orgulho muito de ser aluna de cada um/uma de vocês e espero poder ser para os/as meus/minhas alunos/alunas a inspiração e calma que vocês são para mim.

Agradeço a minha orientadora Fernanda Amorim Arccosi, por desde o primeiro contato para orientação demonstrar interesse em mergulhar na minha pesquisa. Fer, você é uma mulher protagonista e extraordinária, obrigada por todas as contribuições significativas em minha formação.

Agradeço a educação pública que, a despeito dos seus enormes desafios, me proporcionou chegar até aqui. Enquanto cria do ensino público, reconheço ser um privilégio uma mulher negra e pobre entrar na Universidade, ocupar esse lugar de exclusividade. Reconheço que tantas outras mulheres negras e proletárias por uma série de fatores sociais não puderam vivenciar as oportunidades que tive. Dito isso, reconheço a importância das políticas públicas de educação para minha formação pessoal e profissional, e as enalteço por me possibilitarem o acesso e permanência no ensino superior. Destarte, como cotista, luto e seguirei a lutar pelo direito de todos/as de ter uma educação pública, gratuita e de qualidade. E reflito nesse momento: quantas Brendas perdemos pelo o caminho pela falta de oportunidade?

Agradeço a todas as mulheres negras que me inspiraram – e me inspiram constantemente- a construir esse escrito, bem como me ajudam a me reconhecer e me potencializar enquanto mulher negra. Gratidão!

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Neuza Santos Souza, Tornar-se negro.

RESUMO

O presente trabalho objetiva viabilizar a representatividade das mulheres negras na sociedade, através de suas histórias e vivências. Para tanto, foram escolhidas nove mulheres negras para serem protagonistas desse escrito, são elas: (I) Antonieta de Barros; (II) Aparecida Sueli Carneiro Jacoel; (III) Djamila Taís Ribeiro dos Santos; (IV) Geni Mariano Guimarães (V) Jaci dos Santos mais conhecida como Thereza Santos; (VI) Lélia Gonzalez; (VII) Maria Beatriz Nascimento; (VIII) Maria da Conceição Evaristo; (IX) Maria Firmina dos Reis. As personagens destacadas foram selecionadas para cumprir o objetivo geral porque compartilham a mesma nacionalidade, gênero e raça, ademais, a seleção não ocorreu de forma aleatória, pois além de serem atravessadas pelas categorias já citadas, elas se entrecruzam através da docência, licenciatura e ativismos. Assim, ao trazer as escritoras, professoras e ativistas para o protagonismo desse escrito, busca-se retirá-las da subalternização e silenciamento, colocando-as em destaque. Desse modo, as histórias de vida das mulheres negras, estudadas nesse trabalho serão analisadas criticamente a partir da epistemologia feminista negra, composta por autoras como Carla Akotirene (2019), Cida Bento (2022), Djamila Ribeiro (2018) e Grada Kilomba (2019), visto que não irei apenas anunciá-las, irei, sobretudo, discutir as suas histórias, mas não na tentativa de julgá-las, minimizá-las ou rotulá-las, e sim para enegrecer as discussões e trazer suas perspectivas de mundo à tona, o mundo das mulheres negras pelas mulheres negras. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa e explicativa a partir dos Estudos Culturais. Destarte, é pensando no poder transformador da escrita, e nas mulheres negras que movimentam estruturas através das suas ações e produção de conhecimento que esse escrito propõe um outro pacto civilizatório, no qual a escrita se mostra como um caminho e uma direção. Onde a marginalização da mulher negra é superada e as suas vivências e produções são ecoadas refutando anos de silenciamento e violências.

Palavras-chaves: Raça, Gênero, Docência, Licenciatura, Ativismos.

ABSTRACT

This work aims to enable the representation of black women in society, through their stories and experiences. To this end, nine black women were chosen to be the protagonists of this writing, they are: (I) Antonieta de Barros; (II) Aparecida Sueli Carneiro Jacoel; (III) Djamila Taís Ribeiro dos Santos; (IV) Geni Mariano Guimarães (V) Jaci dos Santos better known as Thereza Santos; (VI) Lélia Gonzalez; (VII) Maria Beatriz Nascimento; (VIII) Maria da Conceição Evaristo; (IX) Maria Firmina dos Reis. The highlighted characters were selected to fulfill the general objective because they share the same nationality, gender and race. Furthermore, the selection did not occur randomly, as in addition to being crossed by the categories already mentioned, they intertwine through teaching, teaching and activism. . Thus, by bringing women writers, teachers and activists to the forefront of this writing, we seek to remove them from subalternization and silencing, placing them in the spotlight. In this way, the life stories of black women studied in this work will be critically analyzed based on black feminist epistemology, composed by authors such as Carla Akotirene (2019), Cida Bento (2022), Djamila Ribeiro (2018) and Grada Kilomba (2019), since I will not just announce them, I will, above all, discuss their stories, but not in an attempt to judge, minimize or label them, but rather to darken the discussions and bring their world perspectives to light surface, the world of black women by black women. Thus, this is a qualitative and explanatory research based on Cultural Studies. Thus, it is thinking about the transformative power of writing, and about black women who move structures through their actions and production of knowledge that this writing proposes another civilizing pact, in which writing shows itself as a path and a direction. Where the marginalization of black women is overcome and their experiences and productions are echoed, refuting years of silencing and violence.

Keywords: Race, Gender, Teaching, Degree, Activism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Antonieta de Barros	30
Figura 2 – Aparecida Sueli Carneiro	35
Figura 3 – Djamila Thais Ribeiro dos Santos.....	41
Figura 4 – Geni Mariano Guimarães.....	46
Figura 5 – Jaci/Thereza dos Santos.....	50
Figura 6 – Lélia Gonzalez	55
Figura 7 – Maria Beatriz Nascimento	59
Figura 8 – Maria da Conceição Evaristo.....	64
Figura 9 – Maria Firmina dos Reis	69

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
EMERJ	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
MNU	Movimento Negro Unificado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA.....	20
3. UM OUTRO PACTO CIVILIZATÓRIO: REPRESENTANDO MULHERES NEGRAS DE MANEIRAS OUTRAS	27
3.1 ANTONIETA DE BARROS: A PEDAGOGA QUE SE TORNOU A PRIMEIRA DEPUTADA NEGRA DO PAÍS.....	29
3.2 APARECIDA SUELI CARNEIRO JACOEL: A FILÓSOFA PAULISTANA E GRANDE REFERÊNCIA VIVA DO FEMINISMO NEGRO NO PAÍS.....	33
3.3 DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS: A FORÇA DO FEMINISMO NEGRO.....	40
3.4 GENI MARIANO GUIMARÃES: A ESCRITORA QUE DESAFIA ESTEREÓTIPOS E PROPORCIONA TERNURA E REPRESENTATIVIDADE.....	45
3.5 JACI DOS SANTOS: A FEMINISTA QUE ARTICULOU LUTA, EXPERIÊNCIA E MOVIMENTO NO CONTINENTE AFRICANO.....	49
3.6 LÉLIA GONZALEZ: A INTELLECTUAL QUE REVOLUCIONOU O MOVIMENTO NEGRO.....	54
3.7 MARIA BEATRIZ NASCIMENTO: A SERGIPANA PIONEIRA DOS ESTUDOS DAS FORMAÇÕES DOS QUILOMBOS NO BRASIL.....	59
3.8 MARIA CONCEIÇÃO EVARISTO: DO TRABALHO DOMÉSTICO AS ESCREVIVÊNCIAS.....	63
3.9 MARIA FIRMINA DOS REIS: A PRIMEIRA ROMANCISTA BRASILEIRA.....	68
3.10 REFORÇANDO AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS.....	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda vivenciamos o mito da Democracia Racial, uma ideia propagada durante muito tempo a partir de interpretações da obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre que defendia a existência de uma sociedade brasileira tolerante e livre de preconceitos raciais, contribuindo para que se criasse um imaginário que desconsidera a presença do racismo nas relações e estruturas sociais. No entanto, nota-se que essa ideia é equivocada, na medida em que se ignora a realidade na qual a população negra brasileira sofre diariamente com o Racismo Estrutural presente na sociedade.

A luta da população negra no Brasil inclui a denúncia do racismo como uma estrutura presente nas relações interpessoais, políticas e institucionais do país. Essa denúncia se baseia na constatação de que o racismo não é apenas um problema individual, mas sim uma questão estrutural que afeta a vida de milhões de pessoas no país (ALMEIDA, 2019). As desigualdades sociais, econômicas e políticas que afetam a população negra no Brasil são resultados de um longo processo histórico de exclusão e discriminação.

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2019, p. 3).

Pode-se observar que desde o tempo da escravidão, época a qual os seres humanos negros/as foram submetidos/as a condições precárias de trabalho, violência e exploração, que a face racista da história persistiu com características particulares. Ribeiro (2018) aponta que as mulheres negras têm menos acesso a esses direitos do que as mulheres brancas, o que limita suas possibilidades de inserção na sociedade e contribui para sua marginalização e invisibilidade.

Ribeiro (2018, p. 144) afirma que “[é] necessário sair do senso comum, romper com o mito da democracia racial que camufla o racismo latente desta sociedade”, assim, faz-se necessário compreender o racismo estrutural como uma realidade que se manifesta de forma sistemática e silenciosa, perpetuando desigualdades, uma vez que o racismo não se limita a atitudes individuais, mas, a uma estrutura que se baseia em relações de poder e privilégio, que

beneficiam os/as brancos/as em detrimento dos/as negros/as. Dessa forma, ainda conforme a autora, o “machismo e racismo são elementos estruturantes da nossa sociedade” (RIBEIRO, 2018, p. 76).

Assim, ao analisarmos a pirâmide social brasileira, nota-se que as mulheres negras integram a sua base, por enfrentarem uma série de opressões que se interseccionam, combinando a discriminação de gênero, raça e classe que as colocam em uma posição mais vulnerável e menos valorizada na sociedade. Isso é elucidado por Silva (2021) quando diz:

É o Feminismo Negro que evidencia a luta da mulher negra, que enfrenta não somente a carga de ser tida como uma pessoa que deve ser dona de casa, mas, também, como mulher que deve ser subalterna dos homens brancos e negros, e das mulheres brancas. As mulheres negras são tidas como escória na pirâmide social (SILVA, 2021, p.38).

Ribeiro (2018) fortalece a discussão ao frisar que:

A pessoa achar que não existe racismo no Brasil não muda o fato de que, em 2013, negros ganharam 54,7% do salário de brancos, segundo pesquisa do IBGE. Não muda o fato de que o assassinato de jovens negros no Brasil é 2,5 vezes maior que o de jovens brancos, segundo o Mapa da Violência de 2012. Ou de a maioria da população negra ser pobre por conta do legado da escravidão. De as mulheres negras ainda serem a maioria das empregadas domésticas e estarem na base da pirâmide social. (RIBEIRO, 2018, p. 34)

Nesse sentido, acredita-se que a posição marginalizada das mulheres negras na sociedade brasileira na atualidade está diretamente relacionada com as formas históricas de exploração e opressão que essa população sofreu desde a época colonial, visto que historicamente, a sociedade brasileira foi construída sob a exploração da mão de obra de africanos/as e afro-brasileiros/as, que foram submetidos/as a condições desumanas de trabalho e vida. Bento (2022) destaca que “[a]s hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial”. Destacando assim, como as relações de poder e dominação foram construídas ao longo da história, principalmente durante a época do colonialismo.

Dessa forma, durante muito tempo, a história oficial e a narrativa literária negligenciaram ou distorceram a contribuição dos/as negros/as para a formação do país e para a cultura brasileira, em geral. A exclusão dos/as negros/as da história oficial e da literatura reflete a perspectiva eurocêntrica que dominou a produção de conhecimento e a representação cultural no Brasil. Essa perspectiva tendia a glorificar a contribuição europeia para a formação da nação, enquanto marginalizava e subestimava a participação dos/as negros/as. Essa exclusão/invisibilidade afeta a construção da consciência histórica e identitária dos sujeitos, principalmente no que se refere às mulheres negras. De acordo com Woodward (1999):

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...] (WOODWARD, 1999, p.18-19).

Posto isto, reafirma-se como as relações de poder se manifestam em diferentes esferas da sociedade, uma vez que o racismo e o sexismo são utilizados para legitimar a exclusão e a marginalização de grupos considerados inferiores em relação a um padrão hegemônico de branquitude e masculinidade. Hooks (1995, p. 468), destaca como o sexismo e o racismo se combinam para criar uma representação estereotipada da mulher negra “[o] sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”. Essa reflexão, nos leva a questionar e repensar a forma como a sociedade enxerga e trata as mulheres negras, e a importância de se lutar contra o sexismo e o racismo de forma interseccional, considerando as múltiplas opressões que elas enfrentam.

Com o “fim” romantizado da escravidão, a população negra foi marginalizada e excluída dos processos de inclusão social e econômica. Nesse viés, no ato de “libertação”, tampouco foi descortinado uma vida fácil para as mulheres negras no país, uma vez que elas foram deixadas à margem da sociedade, o que perpetuou na sua condição de subalternidade e vulnerabilidade social. Além disso, a percepção social da mulher negra é influenciada pelo histórico de opressão e violência que essas mulheres têm enfrentado ao longo dos séculos. Tudo isso, faz parte de um pacto maior que, segundo Bento (2002):

O negro é inventado como um outro inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse outro é visto como ameaçador. Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política dos negros no universo social (BENTO, 2002, p. 7).

Em 2024, as mulheres negras ainda enfrentam altas taxas de desemprego, baixos salários, falta de acesso à saúde e à educação de qualidade, além de sofrerem violência doméstica e institucional com maior frequência do que mulheres brancas. Nesse viés, segundo o levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), baseado nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os segundos trimestres de 2019 e 2022, pode-se observar que as mulheres negras são as que mais sofrem para entrar no mercado de trabalho. Enquanto a taxa de desemprego

geral ficou em 9,3% no segundo trimestre do ano de 2022, entre as mulheres negras o indicador ficou em 13,9%. Tudo isso contribui para a posição das mulheres negras na base da pirâmide social brasileira. Pois, de acordo com Silva (2021, p. 40) “Seja qual for à relação social que a mulher negra pretenda exercer, ela entra com desvantagem social, pois é estereotipada como não sendo digna de exercer poder para os que se acham superiores a elas, seja por gênero ou por raça”.

Diante desse contexto, o presente trabalho vem na contramão da marginalização das mulheres negras, uma vez que o **objetivo geral** dessa monografia é viabilizar a representatividade das mulheres negras escritoras na sociedade, através do resgate de suas histórias e vivências, a fim de refletir sobre outro pacto civilizatório, que não aquele ancorado no racismo e machismo. Para tanto, faz-se necessário realizar uma análise, viabilizando as histórias de vidas dessas mulheres que foram e são protagonistas de suas lutas e vivências, bem como da nossa história. Assim, têm-se como objetivos específicos: realizar um registro acerca das histórias de mulheres negras escritoras; investigar as razões históricas e sociais que levaram à invisibilidade das mulheres negras, bem como a relação entre gênero, raça e classe na construção dessa invisibilidade; analisar o silenciamento e a invisibilidade de mulheres negras e propor reflexões e ações que possam contribuir para a valorização da história e da luta das mulheres negras.

Nesse sentido, é fundamental entender as intersecções de gênero, raça e classe que contribuem para a invisibilidade da mulher negra na narrativa dominante, na medida em que se resgata as vozes silenciadas dessas mulheres e se destaca a importância da inclusão de suas histórias e produções de conhecimento no âmbito social. Dentro dessas premissas, emergiu o seguinte **problema de pesquisa**: quem são as mulheres negras marginalizadas pelo racismo, sexismo e machismo?

Com base no objeto de estudo e na problemática levantada, é possível formular algumas hipóteses iniciais que serão verificadas ao longo da pesquisa. Primeiramente, é necessário olhar através do lócus das mulheres negras e perceber que a falta de representatividade das mulheres negras contribui para a perpetuação do silenciamento dessas mulheres na sociedade. Além disso, é possível supor que a invisibilidade das mulheres negras na narrativa dominante branca tem como consequência a desvalorização das suas vivências e lutas, bem como a manutenção de estereótipos e preconceitos em relação a elas. Por fim, é possível hipotetizar que o resgate e a valorização das histórias de mulheres negras podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para a verificação das hipóteses iniciais, é preciso estabelecer algumas premissas secundárias que serão norteadoras da pesquisa. Primeiramente, é preciso reconhecer que a construção social das identidades de gênero, raça e classe estão interligadas e que, portanto, a análise das vivências das mulheres negras deve considerar essas interseccionalidades. Além disso, é preciso reconhecer que o silenciamento e a invisibilidade das mulheres negras, imbricados ao racismo estrutural, permeiam toda a sociedade. Por fim, é preciso reconhecer que a valorização das histórias de mulheres negras não se limita a um resgate histórico, mas deve considerar também o protagonismo dessas mulheres, a medida em que se reconhece a importância de incluir suas vozes e perspectivas na literatura/sociedade brasileira.

Souza e Cararo (2018, p. 9) destacam a importância de conhecer a vivências e lutas das mulheres que contribuíram para a construção histórica do Brasil: "[s]e várias gerações crescem sem saber quem são as mulheres que fizeram nossa história, que lugar no país e no mundo somos preparadas para ocupar? É urgente falar, conhecer, ilustrar e dar espaço para essas brasileiras que deixaram sua marca e se tornaram um divisor de águas em suas áreas". Dessa forma, é imprescindível que sejam criados espaços de reflexões e oportunidades para que as narrativas de mulheres negras sejam ouvidas e valorizadas, tanto no âmbito institucional quanto no âmbito social e cultural. Visto que isso contribui para o fortalecimento da existência e da representatividade da população negra na sociedade como um todo. Além disso, ao reconhecer e valorizar as narrativas negras, estamos reconhecendo a contribuição dessas mulheres para a construção histórica e social do nosso país. Ademais, faz-se necessário que sejam criados espaços de reflexões sobre as relações raciais, de classe e de gênero, em contraposição ao projeto de branqueamento e apagamento das narrativas das mulheres protagonistas da nossa história.

Algumas indagações fomentam as discussões e reflexões propostas nesse escrito: quantas mulheres negras já lemos, citamos ou conhecemos no meio educacional? Quantas mulheres negras foram/são nossas inspirações? Como as mulheres negras são representadas nos meios de comunicação? Como as mulheres negras são valorizadas na produção cultural e artística? Como as mulheres negras são tratadas no mercado de trabalho? Quais lugares as mulheres negras que nos cercam ocupam?

A pesquisa tem um impacto pessoal significativo, uma vez que eu, enquanto mulher negra, passei grande parte da minha vida sem ter conhecimento da existência, luta e vivências das mulheres negras protagonistas da nossa história. Lembro-me como se fosse hoje, a primeira vez que ouvi falar sobre Dandara, a guerreira fundamental para o Quilombo dos Palmares, novembro de 2018, quando já estava com 22 anos e com o Ensino Superior completo. Naquele

momento, senti um turbilhão de emoções e, junto a elas, o peso do desconhecimento, por saber que mulheres como Dandara foram excluídas da minha trajetória. Assim, partindo da minha experiência pessoal, de não conhecer os feitos, narrativas e vivências de mulheres negras, me sinto motivada a construir um estudo para visibilizar e reconhecer as suas histórias, lutas e conquistas as quais foram e são silenciadas ao longo dos anos.

A relevância social deste estudo está na valorização e reconhecimento das mulheres negras e na promoção da igualdade de oportunidades e direitos. É importante ressaltar que a representatividade é um fator crucial para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva, uma vez que é imprescindível que as mulheres negras sejam reconhecidas como produtoras de conhecimento. Precisamos ir além do currículo escolar que nos apresenta de forma estereotipada e subalternizada, ignorando nossas contribuições para a história, ciência e cultura do país. Precisamos [re]conhecer, o quão incrível são as nossas narrativas e produções enquanto mulheres negras, pois mesmo com todas as adversidades, vamos ocupando espaços que historicamente nos foram/são negados e construindo caminhos para que cada vez mais outras de nós cheguem e sintam-se pertencentes a esses espaços, narrativas e produções. Ademais, espera-se que a nossa voz, possa ser ampliada e as nossas produções de conhecimento legitimadas. Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para uma maior [re] conexão da cultura e da história afro-brasileira, além de promover uma maior representatividade e inclusão identitária na sociedade.

Além disso, a inovação científica deste estudo está na abordagem interseccional, que considera as relações de gênero, raça e classe na construção das identidades sociais, pois ao examinar a forma como o gênero é uma ferramenta política, podemos entender como as normas de gênero são usadas para manter hierarquias de poder e marginalizar determinado público.

Assim, pesquisar e construir trabalhos acerca da visibilidade e valorização da atuação das mulheres negras escritoras na história brasileira é essencial para que se possa reconhecer e valorizar suas contribuições, bem como romper com o silenciamento e invisibilidade dessas trajetórias. Ao destacar o papel das mulheres negras na história, é possível evidenciar a diversidade de atuações dessas mulheres, suas lutas e resistências diárias, além de suas contribuições significativas para a construção da sociedade brasileira. Por isso, faz-se necessário que saibamos quem foram e são as mulheres protagonistas de lutas e resistências contra a escravização no Brasil e mulheres que seguem lutando em defesa do direito de ser e existir. Além disso, é importante que elas sejam apresentadas como sujeitos ativos na história, e não como meras vítimas ou coadjuvantes, como muitas vezes foram/são retratadas pela

historiografia tradicional, bem como faz-se necessário buscar perspectivas diversas e considerar como a interseccionalidade de identidades, como gênero, raça e classe social, afetam as experiências das pessoas.

Portanto, esse escrito visa destacar narrativas e informações acerca das mulheres negras escritoras que são as protagonistas desse trabalho. Outrossim, as mulheres selecionadas para cumprir o objetivo geral dessa pesquisa, compartilham a mesma nacionalidade, gênero e raça, ademais, a seleção não ocorreu de forma aleatória pois, além de serem atravessadas pelas categorias já citadas, elas se entrecruzam através da docência, licenciatura e ativismos. Assim, foram escolhidas nove mulheres negras, são elas: (I) Antonieta de Barros; (II) Aparecida Sueli Carneiro Jacoel; (III) Djamila Taís Ribeiro dos Santos; (IV) Geni Mariano Guimarães; (V) Jaci dos Santos mais conhecida como Thereza Santos (VI) Lélia Gonzalez; (VII) Maria Beatriz Nascimento; (VIII) Maria da Conceição Evaristo e (IX) Maria Firmina dos Reis.

Para tanto, as histórias de vida das mulheres negras, estudadas nesse trabalho serão analisadas criticamente a partir da epistemologia feminista negra, composta por autoras como Carla Akotirene (2019), Cida Bento (2022), Djamila Ribeiro (2018) e Grada Kilomba (2019), visto que não irei apenas anunciá-las, irei, sobretudo, discutir as suas histórias, mas não na tentativa de julgá-las, minimizá-las ou rotulá-las, e sim para enegrecer as discussões e trazer suas perspectivas de mundo à tona, o mundo das mulheres negras pelas mulheres negras.

Diante do exposto, a presente monografia estrutura-se em duas seções, a primeira: metodologia – apresenta os percursos metodológicos escolhidos para a realização do estudo. Na segunda seção, um outro pacto civilizatório: representando mulheres negras de maneiras outras - são representadas as mulheres negras protagonistas deste trabalho, criando significados com elas e não apenas sobre.

2. METODOLOGIA

Essa seção apresenta os percursos metodológicos escolhidos para a realização do estudo. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa e explicativa a partir dos Estudos Culturais. Nesta perspectiva, não há passo a passo previamente formulado, em razão de considerar que a pesquisa é viva e se encontra, o tempo todo, com a subjetividade de quem lê e de quem escreve e o processo do trabalho, bem como as escolhas metodológicas, ocorre durante a sua confecção (ACCORSI, TERUYA, 2020). Esse trabalho é de cunho qualitativo, visto que permite ao/a pesquisador/a compreender a complexidade de uma realidade social, investigando profundamente e buscando os significados subjetivos da realidade específica das pessoas. Nesse tipo de abordagem, podemos ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, uma vez que sempre haverá, no momento da interação, a troca de conhecimentos.

A pesquisa qualitativa, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), é aquela que

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Este processo é articulado com o caráter explicativo, cuja a busca é de “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2011, p. 28).

Como o **objetivo** da pesquisa é viabilizar a representatividade das mulheres negras na sociedade, através do resgate de suas histórias e vivências, foram escolhidas nove mulheres negras para serem protagonistas desse escrito, são elas: (I) Antonieta de Barros; (II) Aparecida Sueli Carneiro Jacoel; (III) Djamilia Taís Ribeiro dos Santos; (IV) Geni Mariano Guimarães; (V) Jaci dos Santos mais conhecida como Thereza Santos (VI) Lélia Gonzalez; (VII) Maria Beatriz Nascimento; (VIII) Maria da Conceição Evaristo e (IX) Maria Firmina dos Reis. As protagonistas foram selecionadas para cumprir o objetivo geral porque compartilham a mesma nacionalidade, gênero e raça, ademais, a seleção não ocorreu de forma aleatória pois, além de serem atravessadas pelas categorias já citadas, elas se entrecruzam através da docência, licenciatura e ativismos.

Neste trabalho é apresentado outro pacto civilizatório, a fim de representar as mulheres negras de maneiras outras, que não aqueles modos pejorativos que contaminam as subjetividades pela violência racial. Em síntese, é uma mulher negra criando significados sobre si - e sobre as outras - de modo que não compactue com a herança cultural da supremacia branca (BENTO, 2022). O número nove também não é aleatório, uma vez que são nove o número de

períodos que a Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho, o qual estou me graduando, prevê para a formação dos/as discentes em 2024, ano da escrita do trabalho.

Dessa forma, possuo um compromisso com a qualidade das informações, para tanto foi realizada uma apuração em torno de quem foram/são as mulheres negras, as quais são as protagonistas desse trabalho, bem como quais são as suas vivências e histórias.

Para analisar as histórias de vida das referidas mulheres, a lente teórico-metodológica são os Estudos Culturais, que propiciaram a realização de um garimpo intelectual e biográfico para repensar as dominações de gênero, raça e enaltecer a negritude feminina que pode servir de inspiração para outras meninas. Na perspectiva dos Estudos Culturais, entendo que o conhecimento é uma construção social e histórica, sempre sujeito a revisões, transformações e novas compreensões. As verdades que consideramos na terceira década do século XXI podem ser revistas à medida que outras evidências, perspectivas e contextos emergem. Nesse sentido, o conhecimento é sempre uma construção contingente, relacionada ao momento e ao contexto em que é produzido.

Segundo Louro (2007, p. 241) “[c]onhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com ‘a verdade’. Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória, situada”. Em perspectiva próxima, segundo Accorsi e Teruya (2020, p. 192) “[...] pesquisar, é antes de tudo, um ato reflexivo de coragem”, é resistir às imposições sociais e ir em busca da construção do conhecimento, na medida em que se compreende que as “verdades” são parciais e situadas, e que devemos estar dispostos/as a dialogar e considerar outras perspectivas, especialmente com aquelas comprometidas em combater preconceitos e violências.

Assim, os Estudos Culturais nos convidam a questionar a naturalização das verdades e a reconhecer que elas são produzidas dentro de um contexto histórico, político e cultural específico, assim, através da análise crítica, podemos desvelar as relações de poder e as estratégias discursivas que sustentam as verdades estabelecidas, destacando que deve existir identidade e possibilidades de reflexões, questionamentos e construções através dos escritos e das leituras do mundo, pois “[p]esquisar é, portanto, uma oportunidade de conexão entre teorias e subjetividades, cuja associação justifica-se para descortinar o mundo.” (ACCORSI; TERUYA, 2020, p. 202)

Os textos que criamos estão repletos de significados, uma vez que são produtos daqueles/as que os/as criam e estão inextricavelmente entrelaçados com as relações de poder e

as culturas em que surgem. Segundo Accorsi e Teruya (2020, p.193) “[o]s textos e os discursos não são totalmente abertos, neutros e imparciais porque, além de carregar parte de nós, carregam, ainda, as relações de poder existentes nas culturas.” Assim, quando escrevo, inevitavelmente trago minhas experiências pessoais e perspectivas para a construção desse escrito, bem como a minha bagagem cultural, social e educacional que molda a maneira como percebo o mundo e como transmito minhas ideias. Pesquisar sobre mulheres negras, diz muito sobre mim, pois é pesquisar sobre algo que, enquanto mulher negra sempre me provocou, é compreender que, por mais que os questionamentos surjam no atual momento, eles são frutos de análises pautadas em outros tempos, vivenciados por minhas ancestrais. Noto que as minhas palavras representam o meu escrito, quem sou e a minha identidade, logo, compreendo que sou sujeito e objeto dessa pesquisa, pois faço parte do processo no qual, trago à tona significados que, na sociedade racista e machista brasileira, não são colocados em espaços de destaque. "Como parte dos discursos, procuramos valorar positivamente nossos significados na tentativa de engajar outros/as participantes em nossa perspectiva" (TERUYA; ACCORSI, 2020, p. 193).

Desta forma, faz-se necessário refletir através de qual processo o silenciamento e invisibilidade de mulheres negras tornou-se natural, quem proporcionou que esse processo fosse difundido naturalmente, bem como o contexto social, político e econômico colaborou para essa difusão, o que será feito nas próximas seções.

As mulheres negras, protagonistas desse trabalho, aparecem aqui com o espírito de independência, porque, como cita hooks (2019, p. 45, grifos meus), por meio das palavras de Malcolm X, “[t]emos que nos ver com **novos olhos**. Temos que nos aproximar de modo caloroso...”. A independência das mulheres negras ressalta como elas têm demonstrado um espírito de resistência diante das opressões que enfrentam. Portanto, opero aqui de modo a desaprender o racismo que assola a vida das protagonistas, mas também aflige a minha existência como mulher, estudante, pesquisadora.

Para isso, “[q]ueria que o público aprendesse a distinguir o racismo que está relacionado ao preconceito declarado das formas mais sutis da supremacia branca” (hooks, 2019, p. 49), mas sem estagnar-se no racismo, não é uma mera constatação, mas sim um processo de visibilização para o combate, em que “[...] existam condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras” (hooks, 2019, p.63).

Neste sentido, as protagonistas desse escrito são vistas de outra maneira, uma vez elas têm sido historicamente invisibilizadas, quando notadas, são tratadas de maneiras estereotipadas e preconceituosas pela sociedade, além de enfrentarem a discriminação racial em

diversas esferas, essa discriminação é baseada em estereótipos raciais em relação às pessoas que são alvo do racismo e do sexismo. Isso leva a uma naturalização da desigualdade e da discriminação, tornando difícil perceber e questionar essas práticas opressivas na medida em que se perpetuam desigualdades sociais que contribuem para que as mulheres negras tenham suas perspectivas, conhecimentos e experiências desvalorizados/as ou ignorados/as (SANTOS, 1999).

Não por acaso, ao mencionarmos uma produção/obra escrita por mulheres, vem automaticamente à mente uma mulher branca, essa associação de uma mulher branca como detentora do conhecimento pode ser atribuída a várias questões históricas e culturais que moldam a forma como a sociedade percebe e valoriza certas identidades. Visto que historicamente, a produção de conhecimento e a literatura foram dominadas por brancos/as, especialmente nas culturas ocidentais. Acerca disso, Collins (2019, p. 32), escreveu que “[s]uprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes”.

Nesta perspectiva, o eurocentrismo, que coloca a Europa e sua cultura como o centro e padrão para as demais culturas, influenciou a forma como a história e o conhecimento foram escritos e ensinados. Isso levou à marginalização de perspectivas e vozes não europeias, reforçando a associação entre conhecimento e identidades brancas (QUIJANO, 2005). “Tal pensamento não precisa negar a consciência coletiva de que a cultura de dominação busca fundamentalmente distorcer e perverter a psique de todos os cidadãos e essa perversão provoca feridas” (hooks, 2019, p. 53). O racismo estrutural é um dos principais obstáculos que escritoras negras enfrentam na construção do conhecimento no campo literário. Esse tipo de discriminação atravessa todas as esferas da sociedade, incluindo o mercado editorial, e impacta a visibilidade, o reconhecimento e as oportunidades concedidas a essas autoras.

Nesse viés, o racismo é uma estrutura fundamental para as relações sociais, na medida em que se cria desigualdades e nega direitos aos sujeitos por se consolidar como um sistema de opressão. Almeida (2019, p. 38) destaca que: “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.”

O funcionamento "normal" da sociedade resulta em prejuízos sistêmicos para as pessoas socialmente consideradas negras e benefícios para as pessoas brancas, independentemente de suas vontades individuais. Essa desigualdade é mediada por fatores como classe social, gênero, sexualidade e outras particularidades relevantes. Marx, inicia sua obra O Manifesto do Partido

Comunista, apresentando aos/as leitores/as que “a história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2001, p. 23). Classes essas, as quais correspondem da sociedade capitalista em classes fundamentais, que são elas a burguesia e o proletariado. De acordo com Marx (2001):

Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver. (MARX; ENGELS, 2001, p. 23)

Assim, é cognoscível analisar a existência de duas classes antagônicas que por sua vez irão possuir dentro da sociedade funções distintas, uma vez que faz-se necessário a exploração de uma em detrimento da ascensão de outra na vigente sociedade capitalista. Corroborando assim, para com uma estrutura social desigual na qual determinados indivíduos se encontram em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros.

Assim, essa “normalidade” privilegia todas as pessoas brancas, que “de modo deliberado ou não, são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza a partir de normas e padrões prejudiciais à população negra” (Almeida, 2018, p. 35).

Diante disso, ecoar a voz das mulheres negras, via esta monografia, é imprescindível para possibilitar que eu também coloque significados na cultura, para que meus significados entrem na disputa racial e permita, quem sabe, que as leitoras, sobretudo as negras, deste trabalho, tenham a consciência da opressão histórica que enfrentam, mas também se sintam inspiradas pela resistência das protagonistas.

Destrato, por meio da escrita e leitura de autoras negras, é possível intermediar para que as mulheres negras expressem suas experiências, perspectivas e lutas. Essa representação é crucial para que elas se reconheçam como sujeitos ativos na construção de suas histórias e da sociedade em que vivem. Pois, ao se depararem com narrativas que refletem suas vivências, as mulheres negras podem desenvolver uma consciência crítica sobre as opressões que enfrentam, compreendendo que suas experiências não são isoladas, mas fazem parte de um contexto coletivo.

Além disso, ao ecoar voz das mulheres negras escritoras, promovo a diversidade e a representatividade nas narrativas culturais. Isso contribui para quebrar estereótipos e combater a invisibilidade, mostrando a riqueza e complexidade das experiências das mulheres negras, que são tão diversas e oferecem um espaço de empoderamento, permitindo que elas se vejam como protagonistas de suas próprias histórias.

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos

Estados Unidos, mas também na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção das desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam (COLLINS, 2019, p. 32).

Assim, ao trazer as escritoras, professoras e ativistas para o protagonismo desse escrito, busca-se retirá-las dessa subalternização e silenciamento, colocando-as em destaque.

No que concerne à técnica de pesquisa, o estudo baseia-se em história de vida que, segundo Severino (2013, p.109), “[c]oleta as informações da vida pessoal de um ou vários informantes. Pode assumir formas variadas: autobiografia, memorial, crônicas, em que se possa expressar as trajetórias pessoais dos sujeitos”. Não irei apenas anunciá-las, irei, sobretudo, discutir as suas histórias, mas não na tentativa de julgá-las, minimizá-las ou rotulá-las, e sim para enegrecer as discussões e trazer suas perspectivas de mundo à tona, o mundo das mulheres negras pelas mulheres negras.

Assim, o tratamento da biografia das mulheres negras que protagonizam esse escrito, consiste em narrar as histórias de vida delas, buscando reconhecer e valorizar suas vivências e contribuições, cuja as engrenagens das suas histórias tem sido invisibilizadas. Para tanto, será apresentada individualmente as narrativas das nove mulheres que fomentam o escrito, ecoando voz e visibilidade às suas contribuições e resistências, e promovendo uma história enegrecida e diversa a qual acompanha o percurso traçado pelas mulheres na própria sociedade, que vêm galgando e ocupando o seu espaço. Desvendar essas narrativas implica diretamente em reconhecer a importância das mulheres negras na construção histórica e social do país. Assim, por sermos oprimidas como mulheres negras, os aspectos de nossa luta por liberdade, incluindo o ensino e a escrita sobre nós mesmas, deve refletir de algum modo nossa libertação.

Nomear e descrever nossa experiência são importantes passos que demonstram o poder emergente das mulheres negras como agentes do conhecimento, a interseccionalidade do feminismo e as lutas das mulheres negras. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a discussão na próxima seção que promova espaços de reflexões sobre as relações raciais, de classe e de gênero, em contraposição ao projeto de branqueamento e apagamento das narrativas das mulheres protagonistas da nossa história. Visto que ao levar em conta a interseccionalidade das opressões que as mulheres negras enfrentam, a epistemologia feminista negra reconhece a complexidade e a multiplicidade das suas identidades, destacando que o racismo, o sexismo, a discriminação de classe e outras formas de opressão se entrelaçam em suas vidas. Essa abordagem interseccional é fundamental para compreender a realidade dessas mulheres de

forma mais completa e não reducionista.

3. UM OUTRO PACTO CIVILIZATÓRIO: REPRESENTANDO MULHERES NEGRAS DE MANEIRAS OUTRAS

Nesta seção, serão representadas as mulheres negras protagonistas deste trabalho, criando significados com elas e não apenas sobre. No Brasil, ao longo da história, ocorre um esforço sistemático para silenciar e invisibilizar a presença e as contribuições das pessoas negras, bem como suas lutas, conquistas, e cultura. Isso é evidente em várias áreas da sociedade, incluindo a cultura, a religião, a academia e a política. Esse processo de discriminação racial e tentativa de embranquecimento da população negra não é algo recente. Remonta ao período da colonização, quando os/as colonizadores/as europeus/europeias dominaram e exploraram tanto os povos indígenas quanto os/as africanos/as escravizados/as de maneiras extremamente violentas. Como aborda Bento (2022):

Assim relembrar trechos da história da violência na construção da herança que sustenta e perpetua a supremacia branca pode auxiliar a compreender os abismos econômicos e sociais entre as populações negra, branca e indígena no Brasil, que inviabiliza a democracia ao consolidar um sistema que perpetua a geração de bônus para uns e ônus para outros (BENTO, 2022, p. 120).

Ao analisar esse contexto sob uma perspectiva teórica, torna-se evidente que esse mecanismo de violência e negação da presença negra na sociedade brasileira ainda persiste no ano de 2023/2024, recorte temporal da escrita deste trabalho, principalmente devido ao racismo estruturado em nossa sociedade. Kilomba (2019, p. 76), destaca que “[é] a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o *racismo é a supremacia branca*.”. Nesse contexto, Ribeiro (2019) destaca que:

O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram (RIBEIRO, 2019, p. 65).

Nessa perspectiva, observar-se que a literatura, como forma de expressão artística e cultural, frequentemente reflete as realidades sociais e históricas de uma sociedade. No caso da literatura brasileira, sua formação inicial foi influenciada significativamente pela colonização europeia, que trouxe consigo o sistema de valores, ideias e estruturas sociais da época. Isso resultou em uma literatura moldada predominantemente por homens brancos que tinham acesso à educação formal e à cultura letrada. Essa predominância de autores/as brancos/as refletiu-se nas obras literárias que foram produzidas, tanto em termos de temas abordados quanto de perspectivas representadas, as quais retratavam a sociedade brasileira da época de acordo com a visão dos/as colonizadores/as e dos grupos dominantes, perpetuando assim uma perspectiva

eurocêntrica. Desse modo, nota-se que a exclusão de vozes e perspectivas de grupos marginalizados, como negros/as e mulheres, contribuiu para a perpetuação de preconceitos e estereótipos raciais e de gênero na literatura brasileira. Assim, personagens negros/as e mulheres eram representados/as de maneira estereotipada, caricatural ou como objetos de exploração, refletindo o caráter racista e machista da sociedade. Ribeiro (2018) aborda que

[...] grupos historicamente discriminados – como mulheres, negros e mulheres negras – carregam estigmas e estereótipos criados pelo machismo e pelo racismo. [...] Estereótipos são generalizações impostas a grupos sociais específicos, geralmente aqueles oprimidos. Numa sociedade machista, impõe-se a criação de papéis de gêneros como forma de manutenção de poder, negando-se humanidade as mulheres (RIBEIRO, 2018, p. 55-56).

Nesse cenário, nota-se que a invisibilidade da comunidade negra se manifesta em diversas áreas, dentre elas na produção intelectual. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, mostram que 4 em cada 10 jovens negros/as não terminam o ensino médio. Assim, ao analisar esses dados nota-se que os baixos índices de escolarização rompe com futuras oportunidades para a população negra, pois a escolarização é uma das formas de visibilidade artística e intelectual, bem como uma maneira de mobilidade de classe social. De modo que reflete no silenciamento e invisibilidade de mulheres negras, que ao alcançarem uma carreira acadêmica não são reconhecidas, pois, socialmente, a ocupação desses espaços são destinados a outros públicos, como uma herança da época colonial. Como destaca bell hooks (1995):

O conceito ocidental sexista/racista de quem e o que é um intelectual [...] elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar a mulheres negras a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito (HOOKS, 1995, p.468).

Evaristo (2005) agrega a discussão ao abordar que:

Sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos de segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra (EVARISTO, 2005, p. 205, grifo da autora).

E é no cenário complexo das lutas sociais, políticas e culturais, as trajetórias de mulheres negras escritoras emergem como luzes incandescentes, revelando a resiliência, a determinação

e a genialidade que moldaram e continuam a moldar a história das sociedades. Ao ecoar voz das mulheres negras escritoras, promove-se a diversidade e a representatividade nas narrativas culturais, quebrando estereótipos, combatendo a invisibilidade, mostrando a riqueza e complexidade das experiências das mulheres negras, que são tão diversas e oferecem um espaço de empoderamento, permitindo que elas se vejam como protagonistas de suas próprias histórias e se tornem referências para outras tantas que intencionam ver o mundo por outros olhos, que não os coloniais. Entre tantas outras, considera-se, neste trabalho, nove figuras notáveis : (I) Antonieta de Barros; (II) Aparecida Sueli Carneiro Jacoel; (III) Djamilá Taís Ribeiro dos Santos; (IV) Geni Mariano Guimarães; (V) Jaci dos Santos mais conhecida como Thereza Santos (VI) Lélia Gonzalez; (VII) Maria Beatriz Nascimento; (VIII) Maria da Conceição Evaristo e (IX) Maria Firmina dos Reis, as quais enegrecem esse escrito e destacam-se como pilares fundamentais na intersecção entre docência, ativismo, licenciatura e feminismo negro. Suas vidas e legados não apenas ecoam os desafios enfrentados em contextos sociais, políticos e econômicos adversos, mas também lançam sombra sobre as contribuições excepcionais que essas mulheres ofereceram às suas comunidades e à sociedade em geral. Este ensaio explora as vidas e obras destas autoras, ancorando suas histórias nas teorias do feminismo negro e ressaltando suas influências transformadoras nas esferas literária, política e social, ao ecoar suas vozes, busca-se retirá-las dessa subalternização e silenciamento, colocando-as em destaque. Assim, nas vozes-mulheres “se fará ouvir a ressonância do eco da vida-liberdade” (EVARISTO, 2017, p. 24-25).

3.1 – ANTONIETA DE BARROS: A PEDAGOGA QUE SE TORNOU A PRIMEIRA DEPUTADA NEGRA DO PAÍS.

Pensar em mulheres negras ocupando lugares de poder, é pensar em representatividade e potencialidade, visto que essa ocupação, constitui-se em um empoderamento para tantas outras mulheres negras. E aponta as possibilidades de que podemos ocupar lugares que por séculos nos foram negados. Nesse contexto, se dissessem lá pelas primeiras décadas do século XX que uma mulher teria direito ao voto, muitos acreditariam se tratar de uma colocação ilógica, visto que apenas homens tinham direito a essa ação, agora imaginem a população da época ao saber que as mulheres não só conquistariam direito ao voto, mas também seriam eleitas como representantes políticas do país. E foi assim, que tivemos a primeira mulher negra, eleita deputada no Brasil, a qual é a primeira protagonista desse escrito, a nossa Antonieta de Barros.

Antonieta de Barros (1901-1952) foi uma jornalista, professora e política brasileira, além de ser uma das primeiras mulheres negras a atuar no campo literário e político do Brasil.

Nascida em Florianópolis, Santa Catarina, ela enfrentou uma série de desafios devido ao seu gênero e sua origem étnico-racial, mas sua determinação a levou a se destacar em várias áreas. Formada em Pedagogia, Antonieta sempre se dedicou à educação e à luta pelos direitos das mulheres e das pessoas negras. Em 1922, conseguiu regularizar um curso primário, o Curso Particular Antonieta de Barros, que mantinha, e acabou funcionando até 1964, anos depois de sua morte.

Imagem 1: Antonieta de Barros (1901-1952).



Fonte: Imagem retirada do site Correio Braziliense. (2023, s/p).

Em 1934, ela se tornou a primeira mulher negra a ser eleita deputada estadual no Brasil, sendo também uma das primeiras mulheres eleitas para um cargo legislativo no país. Durante seu mandato, lutou pela educação, pela igualdade racial e pelo direito ao voto feminino. Além de sua atuação política, Antonieta também deixou sua marca na literatura, com o pseudônimo de Maria da Ilha, ela escreveu crônicas para vários periódicos, tendo fundado e dirigido os jornais: *A Semana* (1922-1927) e *Vida Ilhoa* (1930). Os artigos publicados no jornal *República* foram reunidos e editados em 1937, no volume *Farrapos de Ideias*. Além dos jornais citados, publicou também em *Folha Acadêmica*, *O Idealista*, *Correio do Estado* e *O Estado*. Antonieta de Barros deixou uma considerável produção escrita e sempre optou pela imprensa como forma de atingir um número cada vez maior de leitores/as. Em sua obra há aspectos da vida cotidiana da cidade, comentários sobre ocorrências nacionais e, principalmente, ensinamentos de cunho moral, abordavam questões sociais, raciais e de gênero, na medida em que contribuíam para a valorização da cultura negra e para a conscientização sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil.

No que concerne as suas reflexões voltadas para questões sociais, de acordo com uma publicação feita no portal Literafro (2021), nota-se que Antonieta procurava deixar

ensinamentos como uma contribuição para um crescimento educacional. O portal ainda destaca uma publicação no *Jornal República* em que Antonieta defende o acesso das mulheres ao ensino superior:

Não se pode negar, Santa Catarina tem progredido quanto ao ensino superior. [...] Há, contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores. O elemento feminino vê, assim, fechados diante de si, todos os grandes horizontes. [...] O máximo de ilustração oficial, proporcionado às mulheres em Santa Catarina, está restrito a um curso de normalistas e nada mais. (12/07/1932).

Lamento que a minha jornada estudantil não tenha me apresentado Antonieta de Barros, uma vez que por vezes cheguei a acreditar que ser professora era algo totalmente distante da minha realidade, e durante muitos anos não tive em minhas vivências a figura/presença de uma professora negra e tê-las nas salas de aula nos inspiram e motivam, mostrando que nós, alunas negras também podemos alcançar o sucesso acadêmico e profissional, independentemente da raça e classe social. A ausência dessa representatividade por mim, foi vivenciada até o 1º ano do Ensino Médio, quando na oportunidade tive minha primeira professora negra, a minha inspiração para que eu pudesse compreender que a ciência e profissão que eu tanto amava e sonhava seguir, poderiam ser parte da minha realidade e durante esse ano letivo decidir que iria me graduar em Geografia e assim fiz. Nesse contexto, visualizo Antonieta como uma educadora-símbolo, o que me remete as reflexões proposta por Kilomba ao dizer:

[...] o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019, p. 51)

Diante desse cenário, o gênero e raça de Antonieta de Barros não passaram despercebidos por parte de seus desafetos políticos e homens brancos da elite oligárquica catarinense. Tanto que em 1951 o deputado, Osvaldo Rodrigues Cabral acusou Antonieta, através dos jornais de “fazer intriga barata de senzala”. Destaca-se a crônica escrita por Antonieta como resposta, a qual de acordo com Espíndola (2015) foi publicada no *Jornal do Estado* em 06/05/1951:

“Intriga barata de senzala”

(palavras do Deputado Osvaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de domingo passado, na Assembléia Legislativa)

Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações despreziosas, à cerca da fala governamental ao Legislativo, no Capítulo referente a Educação. Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as ideias esfarrapadas (segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os

nossos propósitos. E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado. Não conhecemos, na intriga, o discurso com que o irritado e nobre deputado da posição nos castigou a incrível ousadia de achar injusto os conceitos com que o Governo aponta o Magistério ao Estado e ao país. Da peça – monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador – apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos pobres Farrapos. A frase é a que epigrafa estas linhas. Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos? Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam, na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados. Este é o caso da situação desoladora do ensino público, de que trata a Mensagem. Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas? Qual foi o nosso crime? O de ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequena? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a situação do ensino público é desoladora? Não (...) Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leais. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é uma das características dos negros. Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos sempre respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga? (...) Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre Deputado nada tenha sofrido diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos são arianos – apesar de portador de um Diploma de jornalista – não milita no ensino público. Dizemos felicidade porque, à sua Excelência, falta uma das qualidades de professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes (...). (BARROS, 1951 *apud* ESPÍNDOLA, 2015, p. 100)

Antonieta de Barros, em sua vida multifacetada, não apenas foi uma das primeiras mulheres negras a se destacar na esfera literária e política do Brasil, mas também ofereceu uma voz pioneira para a causa das mulheres e das pessoas negras. Sua obra literária abordou as realidades da população negra no país, destacando a questão da desigualdade racial e a luta por direitos fundamentais. Seus textos e discursos políticos foram fundamentais para a conscientização sobre a importância da educação e da igualdade de oportunidades, além de enfocarem o impacto do racismo e do sexismo na sociedade.

Ao direcionar minhas leituras e análises para conhecer a brilhante história de Antonieta de Barros, reflito o quão significativa é a trajetória dessa mulher negra para mim e para a sociedade como um todo, uma vez que Antonieta projetou-se em espaços, que até então eram dominados por homens, como os jornais e a Assembleia Legislativa Estadual. Pensar que uma mulher negra foi eleita deputada menos de meio século após a abolição da escravatura e dois anos depois -1934 das mulheres conseguirem o direito ao voto no Brasil – 1932, em um país que oprime, segrega e silencia constantemente mulheres negras, torna a história de Antonieta ainda mais especial para mim. Eu nunca me questioneei a origem do dia 15 de outubro,

até que aqui, me deparo que ele é fruto do ativismo e valorização docente que Antonieta possuía, agora, além de celebrar a data, partilharei com todos/as o seu significado e importância de instauração, exaltando a mente extraordinária que criou o feriado escolar.

Me emociona e me inspira visualizar como a educação sempre foi uma bandeira política levantada e defendida por Antonieta, a qual tinha a educação como um ato revolucionário de libertação e que sempre lutou por uma educação para todos/as. Assim, segue viva a sua luta, a qual inspira todos/as que lutam por uma educação pública, inclusiva e de qualidade. Viva a Antonieta!

3.2- APARECIDA SUELI CARNEIRO JACOEL- A FILÓSOFA PAULISTANA E GRANDE REFERÊNCIA VIVA DO FEMINISMO NEGRO NO PAÍS.

Pensar a produção de conhecimento, é refletir acerca da construção do saber compreendendo que a reprodução de poder racial nas relações sociais reflete as perspectivas de grupos dominantes, os quais se baseiam a partir uma perspectiva patriarcal, branca e colonizada, na qual colabora para com uma relação desigual de saber/poder que, historicamente e de modo sistemático tem soterrado o conhecimento e formas de saber dos povos colonizados. Essa colonização do conhecimento perpétua relações desiguais de poder e opressão. As quais se manifestam de várias maneiras, incluindo imposição econômica, política e cultural, onde determinados grupos ou ideologias dominantes impõem suas visões e valores sobre outros, marginalizando ou silenciando perspectivas divergentes, acarretando assim, na perpetuação de desigualdades sociais, econômicas e políticas, dando existência à dominação epistemológica.

E é nesse contexto que a epistemologia feminista negra reconhece a complexidade e a multiplicidade das suas identidades, destacando que o racismo, o sexismo, a discriminação de classe e outras formas de opressão se entrelaçam em suas vidas, emerge assim, a próxima protagonista desse escrito Aparecida Sueli Carneiro, uma mulher que sempre lutou e buscou retirar-se dessa subalternização e silenciamento, e ocupar o seu lugar de destaque, como nos diz o Rapper Brasileiro Emicida: Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.

Aparecida Sueli Carneiro Jacoel, ou Sueli Carneiro, figura proeminente no movimento negro e feminista brasileiro, desempenhou um papel crucial no reconhecimento e na promoção das mulheres negras no país, uma vez que através das suas produções acadêmicas, Sueli Carneiro promoveu o rompimento de barreiras e colaborou para com a desconstrução de olhares estereotipados em relação aos saberes do povo negro. Suas contribuições podem ser entendidas a partir de uma fundamentação teórica que abrange diversos aspectos da luta por igualdade de gênero e racial. Neste contexto, Sueli Carneiro foi influenciada por teorias feministas e

antirracistas, destacando-se o conceito de lugar de fala, a construção do outro como não-ser, a política governamental de gênero e raça e a interseccionalidade, conceito desenvolvido pela autora estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), o qual é fundamental para compreender as contribuições de Sueli Carneiro. Essa perspectiva reconhece que as experiências das mulheres negras são moldadas não apenas pelo gênero, mas também pela raça e classe.

Uma das pesquisadoras que se vale dessa abordagem é a brasileira Carla Akotirene, que a explora em seu livro "O que é interseccionalidade?" (2019). Para a autora "É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade" (AKOTIRENE, 2019, p. 17). Destarte, a interseccionalidade é uma abordagem imprescindível para compreender as complexidades das experiências humanas dentro de sistemas de opressão. Ao reconhecer que as estruturas de poder não operam de forma isolada, mas sim de maneira interligada e interdependente, a interseccionalidade nos permite analisar como esses sistemas de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente. De acordo com Akotirene (2019):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

Assim, nota-se que as mulheres negras são direccionalmente afetadas, pois são frequentemente colocadas em cruzamentos de opressões, onde sua identidade de gênero, raça e classe se sobrepõem e se interseccionam. Diante disso, observa-se que Sueli Carneiro, em sua atuação, sempre enfatizou a necessidade de uma abordagem interseccional, visando a compreensão das múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil. Visto que apesar de não utilizar o termo "interseccionalidade", as análises de Sueli Carneiro estão intrinsecamente ligadas aos princípios e às preocupações do feminismo negro, que reconhecem as interseções complexas de raça, gênero, classe e outras formas de opressão.

Imagem 2: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel (1950 -)



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

Filósofa, pedagoga, escritora, professora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, Aparecida Sueli Carneiro Jacoel nasceu em São Paulo em 1950. É Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, sendo considerada uma das mais relevantes ativistas/pensadoras do feminismo negro no Brasil (BORGES, 2009).

No que concerne ao GELEDÉS- – Instituto da Mulher Negra, o mesmo foi estabelecido em 30 de abril de 1988 como parte do processo de organização do movimento de mulheres negras, incluindo encontros nacionais e conferências internacionais. Com sede em São Paulo, o instituto se descreve em seu site oficial como uma organização da sociedade civil dedicada à defesa das mulheres e dos/as negros/as, reconhecendo as desvantagens e discriminações que esses grupos enfrentam devido ao racismo e sexismo na sociedade brasileira. Compromete-se a lutar contra as discriminações de gênero e raça, bem como outras formas de discriminação relacionadas à sexualidade, regiões, religião e classe social. O foco principal de suas atividades está nas questões de raça, gênero e sua interseccionalidade com direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica e políticas públicas.

Destarte, como líder na área de comunicação, atualmente, o Portal Geledés é um dos principais portais brasileiros que abordam diversas questões interseccionais. Conseqüentemente, o Instituto da Mulher Negra representa um dos marcos mais significativos

na vida ativista de Sueli Carneiro, permanecendo sempre associado à sua figura, tanto que foi através do portal que enquanto leitora, tive o meu primeiro contato com Sueli e a conheci, logo, para mim, falar de Geledés é falar de Sueli Carneiro.

Sueli Carneiro foi incluída na coleção "Retratos do Brasil Negro", um reconhecimento significativo de sua influência e contribuição para a luta antirracista no Brasil. Esta coleção destaca indivíduos notáveis que desempenharam papéis importantes na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial no país. Ao lado de figuras marcantes como Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro é reconhecida como uma líder e pensadora crucial no movimento negro brasileiro. Essa inclusão ressalta sua importância tanto no meio acadêmico quanto no ativismo, consolidando seu legado como uma voz proeminente na luta pela justiça racial (BORGES, 2009).

O conceito de "lugar de fala" é outra contribuição teórica relevante que permeia o trabalho de Sueli Carneiro. Djamilia Ribeiro, em sua obra, explora a importância de reconhecer a voz daqueles que vivenciam diretamente o racismo e o sexismo. Carneiro, como mulher negra, trouxe sua própria experiência como elemento central em sua militância, promovendo o empoderamento das mulheres negras e a valorização de suas vozes (GEMELLI; FRAGA, 2019).

A tese de doutorado da filósofa, intitulada "A construção do outro como não-ser como fundamento do ser," foi um marco em sua trajetória acadêmica. Nessa obra, Sueli Carneiro aprofunda a análise das relações raciais no Brasil, abordando como a construção do outro como não-ser é usada para fundamentar o racismo. Suas análises teóricas contribuíram para a compreensão das raízes profundas da discriminação racial e do sexismo no país, uma vez que a autora destaca como a interligação entre raça, classe, gênero e epistemocídios se utiliza do biopoder para reforçar essa exclusão racial. (CARNEIRO, 2005). Nesse viés, Akotirene (2019, p. 58), reforça que “a interseccionalidade é recurso metodológico descartado da semântica e não do conteúdo da filósofa, pois as feministas negras já imbricam raça, gênero e classe, aqui demonstrado pela intelectual.”

A abordagem de Sueli Carneiro sobre a política governamental relacionada à mulher negra também merece destaque. Em conjunto com Thereza Santos, ela publicou o livro "Mulher Negra: política governamental e a mulher" (1985), o qual foi “o primeiro estudo no país a desagregar os indicadores sociais de gênero, raça e classe, isto é, botar no papel os números das desigualdades entre mulheres brancas e negras no Brasil” (SANTANA, 2021, p. 131). A obra aborda a importância da inclusão das mulheres negras nas políticas públicas como estratégia de combate à discriminação racial e de gênero. Sua análise crítica e suas propostas de políticas

afirmativas para as mulheres negras tiveram impacto significativo na luta por igualdade e no enegrecimento do feminismo (CARNEIRO; SANTOS, 1985).

A obra "A cor do preconceito" (2006) de Sueli Carneiro oferece uma análise aprofundada das relações raciais no Brasil e das formas como o racismo estrutura a sociedade. Essa análise teórica é essencial para entender como as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão, sendo vítimas tanto do sexismo quanto do racismo. Carneiro desafia os estereótipos e as representações discriminatórias da mulher negra na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2006).

No contexto das discussões sobre a década da mulher, a escritora publicou "A mulher negra brasileira na década da mulher" (1985), em que destaca o papel fundamental das mulheres negras nas lutas por direitos e igualdade. Ela argumenta que as demandas e as experiências das mulheres negras foram muitas vezes negligenciadas nas agendas feministas e que é necessário reconhecer a contribuição significativa dessas mulheres para a construção de uma sociedade mais justa (CARNEIRO, 1985).

A obra "Escritos de uma vida" (2019) da ativista reúne uma coleção de seus textos ao longo dos anos e oferece uma visão abrangente de seu pensamento e de suas contribuições teóricas e práticas. Esse livro é uma referência para aqueles que desejam compreender seu ativismo e sua visão sobre questões de gênero, raça e justiça social (CARNEIRO, 2019).

A recente publicação "Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser" (2023) por Sueli Carneiro aprofunda suas reflexões sobre a construção da identidade negra no Brasil e como essa construção influencia as relações sociais. Essa obra contribui para uma compreensão mais profunda da maneira como o racismo estrutura a sociedade brasileira (CARNEIRO, 2023).

A perspectiva de Sueli Carneiro também se destaca na discussão sobre a representatividade e o protagonismo das mulheres negras. Em "Mulheres em movimento" (2003), ela aborda as iniciativas das mulheres negras na construção de uma sociedade mais igualitária. Carneiro argumenta que as mulheres negras têm sido agentes de mudança significativos e devem ser reconhecidas como protagonistas em suas lutas (CARNEIRO, 2003).

Finalmente, a abordagem de Sueli Carneiro sobre o racismo, o sexismo e a desigualdade no Brasil tem sido amplamente reconhecida. Seu livro "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil" (2011) é uma referência importante para a compreensão das interseções entre essas formas de opressão e como elas afetam as vidas das mulheres negras. Carneiro destaca de forma significativa a relação entre racismo e discriminação como fatores explicativos das desigualdades raciais existentes na sociedade. As discussões apresentadas oferecem uma

análise crítica e embasada em dados, contribuindo para uma compreensão mais ampla das questões relacionadas à discriminação e à desigualdade racial (CARNEIRO, 2011).

Sueli Carneiro se vale do conceito de “epistemicídio”, cunhado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (1940-), para abordar a tentativa de apagamento dos saberes dos povos colonizados, com destaque nas mulheres negras, por serem a parte mais oprimido desses povos. Nessa perspectiva, Carneiro (2005) evidencia que:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto por que não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente. Como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo destituí-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p 97).

A escritora combina a teoria de Boaventura, que define o epistemicídio como a supressão de certas formas de conhecimento, com a noção de que, sob uma perspectiva racial, o epistemicídio não apenas elimina maneiras de compreender-se como indivíduo capaz de contribuir intelectualmente para a sociedade, mas também aniquila formas de existir dentro da estrutura social.

Destarte, Ribeiro (2019), ao discorrer acerca da discussão do epistemicídio traduzida por Carneiro, aborda que:

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. (RIBEIRO, 2019, p.64)

O que reforça a importância de estudar e ler sobre autores/as negros/as, visto que em uma sociedade majoritariamente negra, é irreal que somente um grupo domine a formulação e circulação do saber, assim, faz-se necessário conhecer mulheres negras e suas produções, para que assim, possa-se ampliar a visão de mundo, bem como compreender que mulheres negras são protagonistas e produtoras do/no mundo. (RIBEIRO, 2019). Em sua obra o pacto da branquitude, Bento (2022) salienta que:

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o branco, que é considerado “a referência”, “o universal”. Tudo que se afasta dessa referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão e

discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida. (BENTO, 2022, p. 106)

Sueli Carneiro tem sido agraciada com uma série de prêmios e homenagens: Prêmio Bertha Lutz (2003); Menção Honrosa no Prêmio de direitos humanos Franz de Castro Holzwarth; Prêmio Direitos Humanos da República Francesa; Prêmio Benedito Galvão (2014); Prêmio Itaú Cultural 30 Anos (2017); Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020). Em 2018, a filósofa e ativista Djamila Ribeiro (1980-), cria o selo editorial *Sueli Carneiro*, inaugurado com uma coletânea em sua homenagem, em reconhecimento à importância de suas ideias e atuação. Recebeu homenagem pelos seus 70 anos na Congregação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Foi a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília (UnB), em 2022. Recebeu pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), ainda em 2022, o “*Troféu Esperança Garcia*”, mesmo ano em que recebeu a homenagem com Personalidade Literária do Prêmio Jabuti.

A autora contribuiu significativamente para o reconhecimento e a promoção das mulheres negras no Brasil. No campo dos estudos de gênero, sua produção dialoga com intelectuais e feministas negras brasileiras como Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Luiza Bairros (1953-2016) e Lélia Gonzalez (1935-1994), a qual Sueli sempre ressalta ser “filha” devido à grande inspiração. Suas obras, docência e ativismo continuam a inspirar e orientar a luta por igualdade e justiça social no Brasil.

Pensar em Sueli Carneiro é refletir a importância do movimento negro e do enegrecimento do movimento feminista no Brasil. Vê-la como uma grande expoente da sociedade brasileira, nos permite refletir, através de suas análises, as relações que foram construídas ao longo do processo histórico, uma vez que ela tece apontamentos sobre a experiência social de mulheres negras, apoiando-se em fatos históricos. Conhecer, ler e ouvir, Sueli Carneiro reforça a sua genialidade, pois as suas produções e reflexões sintetizam de forma precisa a história da humanidade que segue falhando em não reconhecer o fascínio de nossa diversidade. Ademais, ouvi-la discorrer acerca da negação do outro, evidencia como os saberes produzidos por pessoas negras, são sepultados pela historicidade, visto que uma das dimensões sociais é nos invisibilizar e nos desqualificar enquanto sujeitos produtores de cultura e conhecimentos.

Sueli Carneiro rejeita veementemente a violência contra as mulheres, a disparidade de gênero, o racismo e qualquer forma de discriminação. Ela nos inspira ao transformar sua

indignação em uma luta determinada por essas causas e fortalece a importância de se reconhecer que a luta não é e nem deve ser apenas individual, mas parte de um processo natural impulsionado pelas inquietações da vida.

Sueli me inspira, me emociona e me potencializa, conhecer a sua história e suas ações efetivas, proporciona reflexões significativas e potentes que possibilitam reconhecer o seu protagonismo que inspira e impacta com a sua voz poderosa na luta contra o racismo e o sexismo. Além disso, seu trabalho e produções acadêmicas, contribuem com importantes reflexões sobre questões de raça, gênero e justiça social. Suas palestras, escritos e entrevistas têm servido como fonte de inspiração e conhecimento para muitos que buscam enegrecer a produção de conhecimento e ampliar a leitura de mundo.

É admirável ver como Sueli Carneiro dedica sua vida ao ativismo, à docência, à produção do conhecimento e à promoção da igualdade, inspirando outros/as, a fazerem o mesmo e contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Suas ações efetivas continuam a nos enegrecer e a nos esperançar.

3.3 - DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS- A FORÇA DO FEMINISMO NEGRO

Apesar dos avanços no que concerne a igualdade e equidade, a população negra enfrenta dificuldades em relação à ocupação de espaços de poder. E o racismo estrutural é um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres negras na sociedade brasileira. A discriminação racial contribui para a exclusão dessas mulheres em diversos aspectos, incluindo acesso à educação de qualidade, oportunidades de trabalho e representatividade política e social (ALMEIDA, 2019).

Sabendo que a representatividade é fundamental para garantir que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas. Quando mulheres negras ocupam espaços de poder, elas potencializam a divulgação e produção de conhecimentos e partilham as suas “escrevivências”, conceito advindo da autora Conceição Evaristo, o qual reflete a realidade da população negra. É nesse contexto que surge a próxima protagonista desse escrito, uma proeminente voz do feminismo negro e produtora de conhecimento que a aproxima da massa, e que desde cedo a partir dos questionamentos do seu pai, analisava os lugares de poder e refletia “quantos/as negros/as tem aqui”, a nossa, Djamila Thais Ribeiro dos Santos.

Djamila Ribeiro é uma figura destacada no cenário intelectual e ativista brasileira, cujas contribuições têm sido fundamentais para o reconhecimento e a promoção das mulheres negras no país. Suas obras e ativismo refletem uma profunda fundamentação teórica que

abrange aspectos interseccionais, a importância do lugar de fala, o combate ao racismo e ao sexismo, além de promover a inclusão das vozes marginalizadas e reforça a necessidade de se lutar pelos direitos de quem está na base da pirâmide social, ou seja, nós, mulheres negras.

Imagem 3: Djamila Ribeiro (1980 -)



Fonte: Imagem retirada do site Carta Capital (2023, s/p).

Filósofa, ativista social, professora e escritora, Djamila Ribeiro nasceu em Santos, em 1980. O seu nome foi retirado de um importante Jornal da militância negra, o qual incentivava aos/as leitores/as a dar nomes de origem africana aos bebês e o seu nome, Djamila é inspirado na palavra que designa BELEZA (SOUZA & CARARO,2018). Seus escritos denunciam a violência e a desigualdade social - principalmente contra negros/as e mulheres - tão características da sociedade brasileira, como denunciámos anteriormente. Assim, Djamila incorpora a visão da interseccionalidade em seu ativismo e em sua escrita, destacando as complexas interações entre a discriminação racial e de gênero que afetam as mulheres negras no Brasil. A interseccionalidade pode ser compreendida a partir de Collins (2019) como a:

[...] abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas (COLLINS, 2019 p. 460)

O "lugar de fala" é outro conceito que permeia o trabalho de Djamila Ribeiro. Ela argumenta que é fundamental ouvir e valorizar as vozes daqueles que vivenciam diretamente o racismo e o sexismo. Ribeiro traz sua própria experiência como mulher negra para o centro de suas análises, promovendo a representatividade e o empoderamento das mulheres negras

(GEMELLI; FRAGA, 2019).

Djamila Ribeiro, ainda tem desempenhado um papel importante no combate ao racismo e ao sexismo no Brasil. Em seu livro "O que é lugar de fala?" (2017), ela explora essas questões de maneira acessível, tornando o debate sobre discriminação e representatividade mais acessível ao público em geral. Sua obra é uma referência importante para entender como o racismo e o sexismo estruturam a sociedade brasileira, uma vez que a obra nos possibilita refletir que a posição social que ocupamos não determina automaticamente nossa consciência discursiva sobre essa posição. No entanto, influencia profundamente as experiências que vivenciamos e as perspectivas que desenvolvemos. A teoria do ponto de vista feminista e o conceito de lugar de fala nos levam a questionar a noção de uma experiência universal de mulher, negritude e outras identidades. Isso também nos faz reconhecer que homens brancos, que muitas vezes se veem como neutros e universais, na verdade, estão inseridos em uma dinâmica de poder racializada (RIBEIRO, 2017).

Ademais, no ano seguinte ao seu primeiro livro, Djamila lança "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), uma obra que destaca a relevância do feminismo negro na luta contra a opressão. Ela argumenta que o feminismo negro é essencial para abordar as especificidades das experiências das mulheres negras e para criar um movimento feminista verdadeiramente inclusivo (RIBEIRO, 2018).

É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como de refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é único e valioso (hooks, 2000, p.15).

A colocação de hooks, destaca a importância do reconhecimento da perspectiva do feminismo negro para o debate político. Nesse viés, Carneiro (2017) discute que “[s]er mulher negra coloca outras contradições, outras necessidades e outras demandas que o feminismo teria que incorporar, se quisesse representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres brasileiras” (CARNEIRO, 2017, p. 19). Assim, visualiza-se como o feminismo negro busca abordar as opressões e discriminações vivenciadas pelas mulheres negras, considerando as interseções entre raça, gênero e classe, na medida em que se reconhece que as opressões não são isoladas, mas sim entrelaçadas, e busca ampliar as vozes marginalizadas, destacando as questões específicas enfrentadas por mulheres que pertencem a grupos racialmente minoritários (RIBEIRO, 2018).

O livro "Pequeno Manual Antirracista" (2019) de Djamila Ribeiro é outra contribuição

significativa para a luta contra o racismo no Brasil. Nessa obra, ela oferece uma análise crítica das estruturas sociais - racistas e sugere estratégias para combatê-las. Carneiro (2019) fomenta a discussão ao abordar que: “Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” (CARNEIRO, 2019, p. 226.). Destarte, é pensar que raça, classe e gênero não podem ser lidos de forma isolada, bem como compreender como a estrutura social fortalece as opressões e reconhecer o aporte teórico e prático do feminismo negro como difusor dessa leitura. Djamila Ribeiro busca propor ações concretas para estimular e conscientizar o público sobre a importância de se adotar práticas antirracista e engajar-se ativamente na luta pela igualdade racial (RIBEIRO, 2019). Em um dos trechos da obra, Ribeiro (2019) destaca que

[p]ercebe-se criticamente implica uma série de desafios para quem passa a vida sem questionar o sistema de opressão racial. [...] Acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas. (RIBEIRO, 2019, p. 107)

A contribuição de Djamila Ribeiro vai além da escrita, estendendo-se a sua atuação como ativista e palestrante. Ela é uma voz influente em debates públicos sobre questões raciais e de gênero, promovendo a conscientização e o diálogo sobre esses temas. Tanto que em 2018, Djamila integrou a lista das cem mulheres negras mais influentes do mundo com menos de 50 anos. Em 2019, recebeu do governo francês o título de personalidade do amanhã e ganhou o prêmio holandês Prince Claus por suas ações em defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Além disso, Ribeiro é coorganizadora da coleção "Feminismos Plurais," que explora a diversidade de perspectivas feministas no Brasil (AKOTIRENE, 2019). Essa iniciativa é uma demonstração do compromisso de Djamila Ribeiro em promover uma visão mais ampla e inclusiva do feminismo, reconhecendo as diferentes experiências das mulheres, especialmente as mulheres negras.

Discorrer, ler e refletir a vida e obra de Djamila, sempre foi significativo para mim. Pois, foi construindo diálogos entre mulheres negras e a tendo como figura inspiradora que reconheci o racismo sofrido durante a minha vida que era disfarçado de opiniões, por ser filha de uma mulher branca, loira e de olhos azuis, durante toda a minha vida, vivenciei minha mãe ter a sua maternidade questionada, as pessoas duvidavam que ela era minha mãe, pelo simples fato dela ter uma filha negra. E, assim como a maior parte de meninas negras, Djamila também sofreu com o racismo e ao ler/ouvir seus depoimentos acerca das suas lutas contra o que minava a sua autoestima e feria a sua existência, alcancei memórias que em mim haviam sido

bloqueadas e que concernem a uma fase de minha vida atravessada pelo racismo, na qual pessoas próximas a mim, viviam me dizendo que meus lábios eram feios por ser grandes, bem como meu nariz por ser largo.

Recordei-me de uma época que não gostava de nenhuma foto que tirava. Pois ao sorrir, meu nariz se alargava e ao ficar seria, meus grandes e volumosos lábios ficavam em evidencia. Me recordei da minha infância quando ainda pequena implorava para minha mãe me levar ao salão para que eu pudesse alisar meu cabelo e me sentir bonita, porque eu queria me adequar ao padrão de beleza e visualizava o meu cabelo natural como feio e sem graça, eu sentia necessidade de adentrar no processo de embranquecimento. Logo, noto que a minha autoestima enquanto mulher negra foi afetada pelos traumas do racismo. Como iria me achar linda, se a sociedade sempre me impôs o seu padrão de beleza e, cresci com esse ideal em mente. Por vezes, em silêncio questionei a Deus o por que dEle não ter me feito branca, loira, com cabelos lisos e com os olhos azuis iguais aos da minha mãe, desejei ter outros traços, para não sentir a dor que era vivenciar o racismo. E ao mesmo tempo nos diversos espaços, poder ser vista e até ser elogiada pela a minha beleza.

E, enquanto criança/adolescente, além de não reconhecer como racismo as minhas experiências relatadas, eu guardava todos os meus sentimentos para mim, tudo foi internalizado, eu não me permitia partilhar e ser acolhida por minha família. Eu sempre me reconheci enquanto negra, desde criança sempre tive isso definido em mente, mas demorou alguns anos para ressignificar o que era ser negra e me sentir bem comigo e com meus traços, pois não tinha conhecimento da grandeza e magnitude dos/as meus/minhas ancestrais, a medida em que fui crescendo e construindo conhecimentos pude além de me identificar como negra, reconhecer minhas potencialidades e notar que o racismo estrutural tem consequências devastadoras para a vida das pessoas negras.

Em síntese, pensar em Djamila Ribeiro é refletir acerca de uma das forças do feminismo negro, a qual desempenha um papel crucial no reconhecimento e na promoção das mulheres negras no Brasil. Sua abordagem interseccional, seu compromisso com o lugar de fala, seu combate ao racismo e sexismo, bem como sua contribuição para a diversidade do feminismo, são aspectos centrais de sua fundamentação teórica e prática. Suas obras e atuação como ativista continuam a inspirar e orientar a luta por igualdade e justiça social no país.

Por ser uma importante voz contemporânea em defesa dos/as negros/as e das mulheres, e por possuir como sua principal plataforma a internet, ao possibilitar que uma parcela de mulheres negras que ainda precisam lutar por direitos que outras já possuem, com a sua coragem e conhecimento, Djamila nos mostra porque a luta antirracista deve ser prioridade para todos/as

nós e nos faz refletir acerca da importância de se romper com a voz única. E é uma grande referência para tantas mulheres negras que assim como eu, me sinto inspirada a está sempre em busca da construção do conhecimento e a questionar todas as estruturas presentes na sociedade.

3.4- GENI MARIANO GUIMARÃES: A ESCRITORA QUE DESAFIA ESTEREÓTIPOS E PROPORCIONA TERNURA E REPRESENTATIVIDADE

Várias escritoras trazem em seus textos um eu-mulher que enuncia as suas visões de mundo e vivências, as quais confrontam de maneira contundente tanto o racismo quanto o sexismo. As suas escritas destacam o papel transformador e libertador da voz das mulheres negras, visto que o ato de romper com o silenciamento dessas vozes, quebram estruturas que perpetuam a marginalização e desafiam normas, estereótipos e sistemas que historicamente relegaram as mulheres negras e as colocaram em um papel de subalternidade.

Ribeiro (2019), chama atenção para a importância de estudarmos autores/as negros/as e diz:

[...] não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na presença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo? (RIBEIRO, 2019, p. 65)

Assim, pode-se observar que os marcadores raça, gênero e classe tendem a estarem associados quando pensamos no processo de escrita literária das mulheres negras. E reforça o quanto é importuno que em uma sociedade, as pessoas desconheçam a história dos povos que a construíram.

Nesse contexto, Ribeiro (2018), destaca:

Outra coisa que me marcou muito foi a declaração que a escritora brasileira Conceição Evaristo me deu em entrevista à CartaCapital em 2017: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara”. (RIBEIRO, 2018, p. 19)

Assim, nota-se que o estilhaçar da máscara do silêncio representa uma forma de empoderamento e autodeterminação. As mulheres negras estão escrevendo e ecoando as suas narrativas, recusando-se a serem definidas por outros/as e reafirmando sua capacidade de contar suas próprias histórias. É nesse cenário que chegamos a nossa próxima protagonista, Geni Mariano Guimarães.

Geni Mariano Guimarães, nascida em 8 de setembro de 1947, é uma renomada

professora, poeta e ficcionista brasileira originária da área rural do município de São Manoel-SP. Aos cinco anos, mudou-se com sua família para outra fazenda em Barra Bonita, no estado de São Paulo. Iniciou sua trajetória como escritora publicando seus primeiros trabalhos no Debate Regional e no Jornal da Barra publicou diversos contos, crônicas e poesias. Seu primeiro livro, publicado no ano de 1979, *Terceiro filho* é um livro de poemas que fala sobre a sua infância e adolescência. Atualmente, Geni Guimarães continua morando na cidade Barra Bonita, recentemente publicou dois livros, *O pênalti* (2019), um livro infantil e *Poemas do regresso* (2020), ambos publicados pela Editora Malê.

Imagem 4: Geni Guimarães (1947-)



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

Geni tornou-se uma voz proeminente no movimento feminista negro e dedicou-se às questões sociais, especialmente à afirmação da afrodescendência. Sua obra reflete de maneira autobiográfica suas experiências, traumas, dores e alegrias, e visa registrar a vivência de uma família negra em uma sociedade marcada por ideologias racistas.

De acordo com publicação realizada pelo Portal Literafro (2023), Geni concedeu uma entrevista à revista americana *Callaloo*, na qual Geni Guimarães declarou: “Escrevi porque eu

tinha que registrar a vivência de uma família negra, porque este livro é autobiográfico, eu precisava falar dos meus traumas, das minhas dores e das minhas alegrias, eu tinha que colocar isso pra fora.”

No início dos anos 80, a escritora “[...] aproximou-se do grupo Quilombhoje e do debate em torno da literatura negra. Dedicou-se às questões sociais, principalmente no que se refere à afirmação da afro descendência” (ANDRADE, 2019, p. 13). Geni publica então dois contos no volume 4 dos *Cadernos Negros*, obra organizada pelo grupo.

Geni dedica-se então à escrita de suas memórias e lança *Leite do Peito*, que depois viria a se tornar *A cor da ternura* (1989), uma de suas obras mais conhecidas. O livro é uma obra autobiográfica, na qual Geni buscou “[...] aquela menina da zona rural, com traumas, feridas e dores, mas também cheia de alegrias, força de superação e exemplo de vida” (ANDRADE, 2019, p. 14). A obra recebeu dois prêmios importantes na literatura: Jabuti e Adolfo Aizenmaior premiação literária brasileira. A autora salienta, em seu livro, que escrever, para ela, é um ato emancipatório, sendo o texto uma forma de libertação. Nesse contexto, ao escrever, ela liberta seus ideais e potencializa a sua voz.

De acordo com Ana Rita Santiago Silva (2010), elenca que a literatura afro-feminina pode ser entendida como:

[...] uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui por temas femininos e de feminismo negro comprometidos com estratégias políticas civilizatórias e de alteridades, circunscrevendo narrações de negritudes femininas/feminismos por elementos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras. (SILVA, 2010, p. 92).

Dessa forma, a literatura afro-feminina desempenha um papel essencial na resistência contra a perpetuação do racismo e na busca por reverter o apagamento histórico da história e cultura afro-brasileira. As autoras negras, ao utilizarem a escrita como forma de expressão, reivindicam não apenas sua identidade, mas também a negritude da mulher negra na sociedade brasileira. Proporcionando, assim, visibilidade e representatividade às experiências das mulheres negras. Ao contar suas próprias histórias, as autoras contribuem para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, proporcionando uma representação autêntica e diversificada, na medida em que potencializam as produções que abordam suas vivências.

No carnaval de 1991, *A cor da Ternura* marcou presença no desfile da escola de samba Rosas de Ouro que teve como enredo “De Piloto de fogão a chefe da nação” e levou o título de campeã do Carnaval Paulista naquele ano. No ano de 2020, Geni foi a homenageada do ano na

Balada Literária, evento dedicado à música, literatura e artes, em que foi lançado um documentário sobre sua história, dirigido pela cineasta Day Rodrigues. Na edição de 2021 da Balada Literária, Geni foi novamente homenageada, juntamente com a escritora indígena Eliane Potiguara. No mesmo ano, a escritora foi também homenageada na sétima edição da Olimpíada de Língua Portuguesa. Aos 76 anos, Geni Guimarães é um dos maiores nomes da Literatura afro-brasileira.

Sua produção literária apresenta uma forte ênfase na identidade étnico-racial e de gênero, contestando os valores predominantes e promovendo a emancipação através da escrita. Além disso, Geni Guimarães ampliou sua presença no cenário literário brasileiro ao longo das décadas, recebendo reconhecimento por suas contribuições. E é, uma figura relevante na literatura afro-brasileira contemporânea, cujo trabalho contribui para a visibilidade e a valorização da cultura e das vivências da população negra no Brasil. Suas obras e seu ativismo inspiram a reflexão sobre questões sociais e a busca por igualdade e justiça, na medida em que oferece uma voz autêntica e profunda às experiências das mulheres negras no Brasil.

A importância de Geni Guimarães reside, em grande parte, na sua habilidade de desafiar estereótipos e proporcionar uma representação mais rica e verdadeira da mulher negra. Suas narrativas autobiográficas oferecem um olhar íntimo sobre suas lutas, alegrias e desafios, permitindo que outras mulheres, especialmente as negras, encontrem validação e identificação com suas próprias vidas. E foi ao ter contato com a personagem Geni da obra *A cor da ternura que me vi e me sentir representada por ela*, pois, enquanto mulher negra, quando criança eu também sonhava em ser professora e como dito anteriormente, por vezes achava que aquele era um lugar a qual eu, enquanto mulher negra de origem humilde não podia ocupar. O escrito de Geni Guimarães me fez revisitar a minha infância e me identificar com o enredo, visto que é uma obra que nos leva a um processo de autoconhecimento e (re)conhecimento da nossa ancestralidade e vivências.

Conhecer a história e escrita de Geni Guimarães, reforça a importância de lermos autoras negras que nos mostrem heróis e heroínas negros/as, desde a infância, pois faz-se necessário pensarmos em obras literárias que abordem desde a literatura infantil, o racismo e que nos permitam nos ver nos personagens e pensar: ela se parece comigo, quando crescer quero ser que nem ela, eu posso ser o que eu quiser, eu sou bonita que nem ela/e, ela é minha personagem favorita. Espero que eu possa ser, assim como Geni, uma professora que possibilita em seus/suas alunos/as a formação da sua consciência racial, bem como a construção da sua identidade e que promove uma educação antirracista, pois como nos diz Ribeiro (2019) a ação

antirracista é urgente e se dá nas atitudes cotidianas. É uma luta de todas e todos. Avante!

A obra de Geni Guimarães é uma manifestação de resistência e empoderamento. Ao desconstruir estereótipos enraizados e reivindicar sua própria narrativa, ela desafia preconceitos e promove uma visão mais precisa das experiências das mulheres negras. Sua trajetória de sucesso como escritora e ativista serve de inspiração para jovens mulheres negras, demonstrando que é possível superar desafios e alcançar seus objetivos.

3.5 - JACI DOS SANTOS: A FEMINISTA QUE ARTICULOU LUTA, EXPERIÊNCIA E MOVIMENTO NO CONTINENTE AFRICANO.

Sabe-se que historicamente os seres humanos, possuem uma visão de mundo, pautada nas vivências e cultura europeia. Destarte, ao longo da história, o continente europeu disseminou-se a partir do Eurocentrismo, uma visão de mundo a qual coloca a Europa e os europeus como o centro de tudo, considerando sua cultura, história e valores como superiores e dominantes em relação às outras regiões do mundo. Essa perspectiva tende a minimizar, distorcer ou ignorar as contribuições de outras culturas e civilizações, muitas vezes retratando-as de forma simplificada, estereotipada ou negativa, afetando assim, a diversidade cultural e promovendo a invisibilidade e o apagamento de saberes. Quijano (2005), reforça que:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental [...] (QUIJANO, 2005, p. 126)

Assim, nota-se que a educação se baseou predominantemente no modelo europeu, negligenciando a riqueza cultural que poderia surgir dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas com suas respectivas tradições.

Nessa perspectiva, transcender os limites do conhecimento e da cultura exige determinação e resiliência, especialmente em um contexto onde a nossa história e a de nossos/as ancestrais são desconhecidas. Pensar a próxima protagonista do escrito, é pensar na raiz da nossa história, enquanto se articula luta e experiência, é pensar em movimento negro e pensar nela, Thereza / Jaci dos Santos.

Como toda história tem um contexto e todo nome tem uma história, logo, não seria diferente com essa protagonista que possui dois nomes. Destarte, para mergulhar na história de Thereza dos Santos, é essencial mencionar que seu nome de batismo é Jaci dos Santos. No entanto, ela adota o nome Thereza Santos devido às suas atividades políticas no Partido

Comunista durante as décadas de 1960 e 1970, um período de intensa repressão política, no qual o engajamento em partidos de esquerda era considerado subversivo e perigoso. Além disso, a nossa Thereza dos Santos, também adota esse nome devido à sua carreira no teatro e, posteriormente, na televisão (OLIVEIRA, 2008).

Jaci dos Santos, também conhecida como Thereza dos Santos, como muitas intelectuais e militantes negras brasileiras, ainda é pouco conhecida no país. Thereza Santos (1938-2012) foi uma atriz, teatróloga, filósofa pesquisadora, professora, publicitária e ativista, foi principalmente militante de viés marxista que lutou pelos direitos dos/as negros/as e pela questão da mulher negra no Brasil, tendo até mesmo atuado como assessora de cultura afro-brasileira da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e auxiliado nas lutas por liberdade de Moçambique e Guiné-Bissau, além de promover a cultura em Angola através da fundação da primeira Escola de Teatro no país. Sua trajetória e contribuições podem ser analisadas à luz de diversos estudos e obras que abordam a questão racial e de gênero, incluindo o trabalho de autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, e Conceição Evaristo.

Imagem 5: Thereza dos Santos (1938 – 2012).



Fonte: Imagem retirada da dissertação de Evaldo Ribeiro Oliveira. (2008, p. 137).

Ao contrário de várias feministas brasileiras, que circularam pela Europa e Estados Unidos, Thereza Santos fez o caminho do continente africano, articulando luta, experiência e movimento feminista.

A atuação de Thereza Santos também pode ser contextualizada no movimento feminista negro, que busca abordar a interseccionalidade entre raça e gênero nas lutas por igualdade. O trabalho de autoras como Angela Davis, em "Mulheres, raça e classe" (2016), e bell hooks, em

várias de suas obras, enfatiza a necessidade de se reconhecer a complexidade das experiências das mulheres negras e de se combater tanto o racismo quanto o sexismo. Thereza Santos contribuiu para a promoção dessa interseccionalidade ao longo de sua vida e carreira, inspirando outras mulheres negras a se envolverem na busca por justiça social (DAVIS, 2016).

Em 1971, Thereza junto ao artista e amigo Eduardo de Oliveira, fundaram o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Que segundo Gomes Silva (2022, p. 248), possuía “princípios estéticos e ideológicos estavam respaldados na criação de uma identidade racial. Tratava-se de resgatar as experiências culturais e históricas do povo negro por intermédio da mobilização e, ao mesmo tempo, integrar-lhes os componentes de luta e resistência”.

Além disso, é fundamental destacar o papel da educação e ativismo na trajetória de Thereza Santos, uma vez que o Conselho Estadual da Condição Feminina criado em São Paulo em 1985 não contemplava a representação das mulheres negras entre suas 32 conselheiras. Acerca disso, Borges (2009, p. 66) ressalta que:

A omissão de um órgão governamental ao excluir outros sujeitos políticos que, mesmo abrigados sob o rótulo de mulher tinham demandas específicas não contempladas apenas pela perspectiva de gênero fez que um grupo de mulheres negras mudasse definitivamente o viés político do Conselho. A divulgação pública desse “esquecimento” se deu graças à exitosa atuação de Marta Arruda, radialista negra que apresentava, na época, um programa de expressiva audiência. Inconformada com a desconsideração política, ela fez do seu programa um canal de denúncia.

Depois de uma série de denúncias, Thereza foi a primeira titular a assumir a representação das mulheres negras no Conselho Estadual (SANTANA, 2022), uma tarefa difícil devido ao racismo, discriminação e tentativas de silenciamento realizadas pelas conselheiras brancas. Em sua autobiografia, a autora destaca que a “indiferença com que agem deixa claro que não nos consideram seres iguais, ainda nos veem como escravos. Por isso creio ser importante dar respostas claras e visibilidade à questão racial para que as pessoas sejam obrigadas a encarar as atitudes que assumem em relação ao negro” (SANTOS, 2008, p. 94-95). Desse modo, toda essa luta, levaram Thereza não só a assumir papel de destaque no Conselho, mas também a incluir na pauta a questão das mulheres negras e ao lado de Sueli Carneiro (1950-), editaram uma obra pioneira a respeito do feminismo negro, chamada "Mulher Negra: política governamental e a mulher" (1985), Thereza Santos também se dedicou à educação, contribuindo para a formação de futuras lideranças e intelectuais negras. Sua atuação como educadora demonstra a relevância de se investir na formação e no fortalecimento das mulheres negras, capacitando-as para enfrentar os desafios impostos pelo racismo e pelo sexismo (CARNEIRO & SANTOS, 1985).

O pensamento de Lélia Gonzalez, em obras como "Primavera para as rosas negras" (2018), também pode ser relacionado à trajetória de Thereza Santos. Gonzalez ressaltou a importância da construção da categoria político-cultural de "amefricanidade," que visa reconhecer a herança africana nas culturas brasileiras e latino-americanas. A atuação de Thereza Santos como uma guerreira comunista que se fez Malunga está intrinsecamente ligada à afirmação da identidade afro-brasileira e à valorização das contribuições das mulheres negras para a sociedade brasileira (GONZALEZ, 2018).

Além disso, o protagonismo das mulheres negras na luta por direitos e igualdade é uma temática que encontra ressonância nas palavras de Beatriz Nascimento. O pensamento insurgente de Nascimento, como abordado por Gonçalves (2022), destaca a importância de mulheres negras que desafiam as estruturas opressivas e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa. Thereza Santos, em sua trajetória de ativismo e militância, exemplifica essa ideia, sendo uma voz ativa na luta contra o racismo e o sexismo (GONÇALVES, 2022). Nas palavras de Gonzalez (2020, p. 77), "[...] enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição de modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais".

Em 2008, Thereza Santos lançou uma autobiografia, intitulada: *Malunga Thereza Santos - a história de vida de uma guerreira*. Obra a qual apresenta aspectos da história de sua vida e ressalta as vivências que a transformaram em uma guerreira negra ao narrar a sua infância, descobertas e conscientização política e racial. O que nos possibilita visualizar que desde a infância, ela se apoiava nos estudos e nos conhecimentos disseminados por seu pai para compreender a realidade enfrentada pela população negra e economicamente desfavorecida. Outrossim, no escrito a intelectual destaca a sua participação nos movimentos estudantil e político brasileiros; exílio em países africanos; participação em lutas pela libertação de países africanos; militância em prol da comunidade negra no Brasil, Guiné Bissau e Angola, além das discriminações sofridas durante sua trajetória, e destaca o teatro e carnaval como instrumentos de luta, uma vez que na juventude, encontrou na escola de samba Estação Primeira da Mangueira, no teatro e na cultura negra uma oportunidade de fortalecer sua identidade como mulher negra, de se desenvolver como indivíduo e de lutar por mudanças étnico-raciais e sociais (OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, Thereza recorreu a outra modalidade da arte, a qual está imbricada a uma das maiores festividades do povo brasileiro, a arte de performar o carnaval. Assim, foi trabalhando no Morro da Mangueira que Thereza organizou coletivamente as mulheres e criou o departamento exclusivo para propagar o conhecimento político que havia construído.

Segundo Gomes Silva (2022):

Na Mangueira, Thereza Santos fundou um Departamento Feminino. Sua principal ação foi organizar festas para arrecadar dinheiro e contribuir com as despesas e, consoante seu relato autobiográfico, essa seção composta por mulheres foi a primeira a ser constituída no interior de uma escola de samba. Paralelamente, enquanto militante comunista, e consciente da necessidade de obter recursos para o partido, projetou diferentes eventos musicais e teatrais e usou o espaço da escola de samba para o mesmo fim. As escolas de samba, importantes elementos de agregação da população favelada, tornaram-se progressivamente um espaço de luta, sobretudo, com o predomínio de militantes comunistas (GOMES SILVA, 2022, p.247).

Desse modo, foi em espaços/lugares de pertencimento que Thereza construiu, os seus valores de refúgio, que segundo Oliveira (2008), pode-se:

Entender que os “valores de refúgio” encontrados na narrativa de Thereza Santos, como a família, os amigos, o estudo, a leitura; os territórios negros, como a escola de samba, a militância, a história e cultura afro-brasileira e africana, apresentam valores e visões de mundo que lhe permitiram se constituir como pessoa, se conscientizar, fortalecer a identidade de mulher negra, indignar-se e lutar contra a opressão e a marginalização a que a população negra é submetida. Estes “valores de refúgio” possibilitaram à Thereza Santos a práxis revolucionária, enfim, permitiram tornar-se intelectual negra.(OLIVEIRA, 2008, p. 88)

Esses valores e perspectivas que permeiam a vida de Thereza Santos foram essenciais para sua jornada pessoal, permitindo-lhe desenvolver uma consciência aguçada, fortalecer sua identidade como mulher negra, expressar indignação e resistir à opressão e marginalização vivenciadas pela comunidade negra.

Thereza Santos, também conhecida como Jaci dos Santos, desempenhou um papel fundamental no reconhecimento da mulher negra no Brasil. Sua trajetória e contribuições podem ser entendidas à luz de diversas obras e autoras que abordam questões de identidade, representatividade, interseccionalidade e educação. Sua atuação como uma guerreira, comunista, educadora e militante inspira a luta contínua por igualdade e justiça racial e de gênero no país, destacando a importância de sua contribuição para a história e a cultura afro-brasileira. E nesse contexto, conhecer mais acerca da trajetória de luta, resistência e vivência de Thereza Santos me despertou bons sentimentos ao ler/descobrir mais sobre o seu protagonismo, principalmente por saber que ela direcionou sua circulação para o continente africano, visto que para muitos/as o (re) conhecimento concentra-se em países europeus ou nos considerados países de primeiro mundo. Thereza foi uma mulher que inspira com sua trajetória que desafiou as estruturas opressivas e colabora para que outras mulheres sigam aprofundando

as suas reflexões e ecoem suas potencialidades! Eu existo, penso e atuo, porque mulheres como Thereza Santos existiram.

3.6 - LÉLIA GONZALEZ: A INTELLECTUAL QUE REVOLUCIONOU O MOVIMENTO NEGRO

Ao longo de nossas vidas, nos deparamos com o nome de muitas pessoas que tiveram suas histórias narradas e tornaram-se de algum modo inesquecíveis e importantes. Nesse viés temos os protagonismos de Reis, Rainhas, Políticos, artistas e pessoas que lideraram levantes revolucionários. No entanto, é perceptível que vários nomes passam despercebidos e/ou são excluídos do nosso ciclo de vivência e estudos, essa exclusão ocorre principalmente com pessoas que não se encaixam nos padrões dominantes de poder e privilégio, como mulheres negras e outros grupos marginalizados. Suas histórias e contribuições são frequentemente negligenciadas ou minimizadas nos registros históricos e na narrativa cultural predominante.

No que concerne à realidade brasileira, as mulheres negras sempre foram relegadas aos segmentos mais marginalizados da sociedade como sujeitos históricos. A pobreza e a falta de oportunidades, especialmente no acesso à educação, são desafios enfrentados não apenas pela população negra em geral, mas também de forma particular pela população feminina negra. Essa situação pode ser atribuída à nossa própria história colonial e à construção ideológica que a acompanha. E por isso, por vezes, não temos acesso aos conhecimentos produzidos por pessoas negras, tampouco, imaginamos que mulheres negras são produtoras de conhecimento e vivenciam as triplas opressões, baseadas no racismo, machismo e classe.

Em meados de 2019, a população brasileira recebeu a visita ilustre da ativista e intelectual estadunidense Angela Davis, em São Paulo. Na oportunidade, Davis, lançou um questionamento potente ao indagar o porquê, nós brasileiros precisávamos buscar uma referência nos Estados Unidos, quando deveríamos nos inspirar e valorizar as feministas negras brasileiras, uma vez que elas nos representam e tercem inquietações e análises vivenciadas por elas e por nossa população. É nesse contexto de reconhecimento e valorização que se destaca o nome da próxima protagonista desse escrito, Lélia Gonzalez. Durante anos, o nome de Lélia Gonzalez foi invisibilizado no espaço acadêmico brasileiro. No entanto, pesquisadoras e movimentos têm se debruçado na difusão das produções para manter o seu legado vivo para a população negra.

Lélia Gonzalez foi uma destacada intelectual, professora e ativista afro-brasileira que desempenhou um papel fundamental no reconhecimento e na valorização da mulher negra no

contexto sociocultural do país, uma vez que os estudos e pautas que a filósofa desenvolveu são de extrema importância para exaltar a desigualdade racial e de classe que se estabelece até hoje, dando oportunidade de lutar contra o racismo e machismo, pois Lélia oportunizou a criação de mais espaço para essas discussões. Nesse viés, ela foi considerada pioneira no estudo das relações étnico-raciais no Brasil e contribuiu significativamente para o movimento negro e feminista no país. Filha de um ferroviário negro e de uma mãe de origem indígena, a escritora, discutiu sobre a relação entre gênero e raça, ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo no Brasil e desenvolveu forte pesquisa e militância na área. Suas contribuições são cruciais para a compreensão das interseções entre raça e gênero, bem como para a promoção da igualdade e da justiça social. Este texto dissertativo abordará a história de vida de Lélia Gonzalez e suas influentes contribuições para o reconhecimento da mulher negra.

Imagem 6: Lélia Gonzalez (1935 – 1994).



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1935, e ao longo de sua vida, ela se destacou como uma voz poderosa na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil (GONZALEZ, 1983). Sua formação acadêmica e seu ativismo político a tornaram uma figura central no movimento negro brasileiro, possibilitando análises críticas profundas sobre a condição da mulher negra. No que concerne a sua formação acadêmica, a intelectual investiu numa formação humanista, graduando-se em história, geografia e também em filosofia na UEG (antiga Universidade do Estado da Guanabara e atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Iniciou os estudos de pós-graduação atuando como docente no Instituto de Educação,

no Colégio de Aplicação (UERJ) na Universidade Gama Filho e no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ, mas seu grande destaque na docência acadêmica foi como professora na PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica Do Rio de Janeiro), chegando a chefiar o Departamento de Sociologia da instituição.

Uma das principais contribuições de Lélia Gonzalez foi sua abordagem pioneira da interseccionalidade, um conceito que destaca a maneira como diferentes formas de opressão, como o racismo e o sexismo, se interconectam e afetam as vidas das mulheres negras de maneira única e complexa (AKOTIRENE, 2019). Ela defendeu a ideia de que não se pode separar as questões de raça e gênero, argumentando que as experiências das mulheres negras são moldadas pela interação dessas dimensões. Além de denunciar processos de branqueamento da sociedade brasileira, sem deixar de interseccionar marcadores de gênero, classe, raça e religião. Em suas palavras:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (GONZALEZ, 2018, p.44)

Lélia Gonzalez também abordou a lacuna representativa das mulheres negras e indígenas no feminismo dominante, criticando a tendência das intelectuais e ativistas em replicar exclusivamente um modelo de feminismo europeu, sem considerar adequadamente a realidade dessas mulheres em países colonizados. A ativista negra reconhecia a importância do feminismo como uma teoria e prática para enfrentar as desigualdades e o capitalismo patriarcal, buscando novas formas de expressão da feminilidade. No entanto, Gonzalez argumentava que focar exclusivamente nas análises do capitalismo patriarcal não era suficiente para abordar as experiências das mulheres negras e indígenas na América Latina, pois isso deixaria de considerar outra forma de discriminação igualmente grave: a opressão racial (RIBEIRO, 2017)

Além disso, Lélia Gonzalez foi pioneira a conceituar sobre a "amefricanidade" para o Brasil (GONZALEZ, 1988). Essa conceituação é descrita por Lélia como uma categoria político cultural, a qual busca à construção de uma identidade afro-brasileira que valoriza a herança africana e a cultura afrodescendente como componentes essenciais da identidade nacional. Por assim dizer:

O legado e a forma de resistência cultural, a passagem do conhecimento ancestral de uma geração para a outra e a subversão negra dos códigos da cultura dominante (religião, língua, vestuário etc), subsidiam segundo Gonzalez, a categoria político cultural de amefricanidade (RATTS, RIOS, 2010, p. 144).

Essa abordagem contribuiu para uma compreensão mais completa da contribuição histórica e cultural das populações negras para o país. Acerca disso, Akotirene (2019) diz:

A amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de Maria Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária das civilizações ocidental — metodologicamente interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental (AKOTIRENE, 2019, p. 33).

A ativista também desempenhou um papel crucial na promoção da autoestima e da autovalorização das mulheres negras. Ela defendeu que as mulheres negras deveriam abraçar sua identidade e cultura, rejeitando estereótipos e se empoderando através do reconhecimento de sua própria beleza e valor (GONZALEZ, 2018).

Outra dimensão significativa de suas contribuições foi seu ativismo político, o qual nos anos 1970, incluiu uma imensa participação nos debates acerca de gênero, lutas feministas e organizações antirracistas. Ela foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) que em seu manifesto denunciava a falácia do mito da democracia racial, reivindicava o fim da violência e da discriminação sofrida pelos negros/as cotidianamente, além de exigir políticas públicas em benefício da comunidade afro-brasileira e atuou em diversas organizações que lutavam pelos direitos das mulheres negras movimentos como o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum (GONÇALVES, 2022).

Lélia Gonzalez também deixou um legado literário importante. Suas reflexões seguem sendo amplamente divulgadas por meio de artigos, ensaios e palestras que influenciaram o pensamento acadêmico e ativista no Brasil (ARRAES, 2020).

Além disso, seu trabalho inspirou uma nova geração de ativistas e acadêmicos, que continuam a lutar pelo reconhecimento e pela igualdade das mulheres negras no Brasil (RAMOS, 2021). Sua influência perdura nas discussões contemporâneas sobre raça, gênero e justiça social.

Lélia Gonzalez foi uma figura emblemática que desempenhou um papel fundamental no reconhecimento da mulher negra no Brasil. Suas contribuições na promoção da interseccionalidade, na valorização da amefricanidade, na promoção da autoestima das mulheres negras e na luta política e acadêmica são fundamentais para a compreensão e superação das desigualdades raciais e de gênero no país.

Assim, para eu conhecer Lélia Gonzalez foi um momento marcante da minha vida. Primeiro porque a primeira vez que me recorde de ter sido apresentada a ela, foi no início de 2023, em diálogo com uma amiga do trabalho, acerca dos pensamentos para a construção desse escrito, nesse processo de maturação e diálogos ela me relatou a sua vontade de ler a obra *Por Um Feminismo afro-latino-americano* da autora, e assim, passei a buscar e ler sobre quem era Lélia Gonzalez. Segundo que ao direcionar minhas leituras para a sua história e produções, pude perceber que Lélia Gonzalez é referência para intelectuais nacionais e estrangeiros, além de ser uma precursora do feminismo negro, a qual articulava diversas áreas do conhecimento para expor as opressões e dominações escondidas nas relações de raça e gênero, numa época em que pouco se falava sobre isso.

Ao conhecer sobre a criação do conceito “amefricanidade”, Lélia me permitiu refletir como a visão limitada da escravização no Brasil, contada pelo viés do homem branco e dominador, nos leva a uma narrativa inferiorizada dos corpos negros, sem a responsabilização devida dos povos europeus no processo de colonização. Assim, suas contribuições nos traz um senso crítico transformador, o qual nos faz refletir e avançar o debate sobre privilégios e riscos de uma história única, além de elucidar as colaborações da autora para uma pedagogia crítica e antirracista.

Em um trecho de sua obra, Lélia dialoga acerca da importância de descolonizar o pensamento e para isso nos traz um relato pessoal:

[...]fiz escola primaria e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, à medida que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos. Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz filosofia e história. E, a partir daí, começaram as contradições. Você enquanto mulher negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior (GONZALEZ, 2020, p. 286).

Destarte, ao descrever o processo de alienação em relação à sua identidade racial ao longo de sua vida estudantil. Lélia, tece uma crítica à forma como a educação no Brasil promove uma visão distorcida ou excludente das identidades raciais. A autora relata que, à medida que avançava em seus estudos, começava a rejeitar cada vez mais sua identidade negra. Isso indica uma internalização de ideais e uma assimilação às normas e valores da cultura dominante, que muitas vezes privilegia a branquitude em detrimento de outras identidades raciais.

Ademais, Lélia chama atenção para a importância de saímos da caixinha e promovermos uma educação para além das amarras sociais, a qual possibilite os sujeitos ser e existir.

Precisamos ler e conhecer Lélia, pois somos sujeitos da nossa própria história e não meros objetos de pesquisa. Precisamos nos (re)conhecer como e em pessoas negras, protagonistas e produtores de conhecimento, somos sujeitos do saber e possuímos um lugar de potência e engajamento.

3.7 - MARIA BEATRIZ NASCIMENTO: A SERGIPANA PIONEIRA DOS ESTUDOS DAS FORMAÇÕES DOS QUILOMBOS NO BRASIL

Ao trilhar a jornada da vida, cruzamos com histórias de vidas marcantes e que por vezes refletem/convergem as lutas travadas contra as opressões difundidas por um sistema racista e machista na sociedade. Nesse viés, me deparo com a história da minha conterrânea, a intelectual Maria Beatriz Nascimento.

Maria Beatriz Nascimento foi uma figura fundamental na luta pelos direitos das mulheres negras no Brasil, deixando um legado inspirador que merece ser estudado e reconhecido. Suas contribuições para a inclusão socioeconômica da população negra brasileira são profundas e abrangentes, dedicando-se ao estudo das temáticas relacionadas às relações raciais, aos quilombos e às culturas negras e podem ser compreendidas à luz das teorias feministas interseccionais, que buscam analisar as interações complexas entre gênero, raça e classe na experiência das mulheres.

Imagem 7: Maria Beatriz Nascimento (1942 – 1995).



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

Historiadora, ativista e poeta, Maria Beatriz Nascimento nasceu em 1942, em Aracaju - Sergipe, em 1949 migrou – com sua família e seus/suas nove irmãos/irmãs – para a cidade do Rio de Janeiro. Por se interessar por história da escravidão, especialmente pelos quilombos, Beatriz graduou-se em licenciatura, no curso de história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 1968 a 1971. Suas reflexões acerca do vigor e importâncias dos quilombos foram pioneiras, na medida em que se promovia articulações entre o passado e a luta antirracista de sua época. Em seus textos, publicados tanto em revistas acadêmicas como em jornais de grande circulação, ela observava crítica e sensivelmente as expressões culturais, artísticas e políticas no Brasil, suas conexões e seus impactos (NASCIMENTO, 2021).

Sua atuação ganhou destaque principalmente a partir dos anos 1970, quando se envolveu com movimentos sociais e culturais que buscavam valorizar a herança africana e combater o racismo no país (ACOPIARA, 2022). Uma das principais contribuições de Maria Beatriz Nascimento para o papel da mulher negra foi a sua incansável luta pelo reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira.

Além disso, Maria Beatriz Nascimento também foi uma voz ativa na denúncia do racismo e do sexismo presente na sociedade brasileira. Ela compreendia a interseccionalidade dessas opressões e a necessidade de abordá-las de maneira conjunta (AKOTIRENE, 2019). Sua atuação foi pioneira ao trazer para o debate público a discussão sobre como as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação, sendo alvo tanto do racismo quanto do sexismo.

No que concerne ao seu ativismo, na Universidade Federal Fluminense, Beatriz Nascimento participou da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, como forma de compartilhar e dar visibilidade aos estudos e discussões sobre a temática racial na academia e na sociedade, no ano seguinte, colaborou com a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), ainda no final da década de 70, participou ativamente do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, o qual desempenhou um papel crucial na organização de ativistas negros/as e na luta contra discriminação racial. Visto que o Movimento Negro se constitui em um ato político e educador. De acordo com Gomes:

O Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo a como potência de emancipação, e não como uma regulação conversadora; explícita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais. Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. (GOMES, 2017, p. 21).

Além disso, Beatriz Nascimento também foi conferencista em diversos encontros e simpósios, denunciando o fato dos/as negros/as serem retratados/as de formas estereotipadas na história e nos ambientes acadêmicos como escravo e mão de obra compulsória. Outro aspecto fundamental de sua contribuição foi a promoção da literatura afro-brasileira, incentivando o reconhecimento de autoras negras como Maria Firmina dos Reis, cujas obras foram resgatadas e valorizadas (MUZART, 2000). Esse resgate da história literária negra é essencial para que as mulheres negras se vejam representadas e valorizadas na cultura brasileira. Que de acordo com Ribeiro é de fundamental importância

[...] pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mas ainda, são ações que diminuem as desigualdades. (RIBEIRO, 2019, p. 42)

Maria Beatriz Nascimento também teve um papel importante na formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres negras, e o seu pensamento também foi fundamental para o entendimento das práticas discriminatórias que pesavam sobre os corpos das mulheres negras, sendo um dos expoentes do que posteriormente ficou conhecido como feminismo negro. Ademais, a escritora dissertou sobre os impactos do racismo na educação construindo narrativas a partir das suas vivências enquanto estudante negra, como também de estudos e observações de campo.

Além disso, sua atuação como intelectual e ativista contribuiu para a construção de uma narrativa positiva sobre a mulher negra brasileira, combatendo estereótipos e preconceitos (DAVIS, 2016). Isso é essencial para que as mulheres negras se reconheçam como sujeitos de direitos e agentes de transformação social, bem como protagonistas de suas narrativas e não coadjuvantes.

Seu trabalho mais conhecido e de maior circulação é a autoria e a narração dos textos do documentário *Ôrí* (palavra de origem iorubá, que significa cabeça). Essa produção é o encontro da pesquisa cinematográfica da socióloga e cineasta de origem judaica, Raquel Gerber, sobre a identidade negra no Brasil, com a investigação histórica de Beatriz, tendo os quilombos como ideia central, e visto como organizações políticas e de resistência cultural negra de matriz africana.

Maria Beatriz Nascimento é uma figura inspiradora que deixou um legado no ativismo negro e na luta pela igualdade de gênero e raça no Brasil. E apesar da grande repercussão dos seus textos no documentário *Ôrí*, dos seus poemas e alguns estudos veiculados em revistas e

periódicos da época, Beatriz Nascimento passou muito tempo sem ter o reconhecimento merecido e só teve em vida apenas um livro publicado, *Negro e Cultura no Brasil* (1987), em coautoria com Helena Theodoro e José Jorge Siqueira. Suas contribuições para o papel da mulher negra na sociedade brasileira são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Beatriz escreveu uma série de textos, poemas, roteiros, ensaios e estudos teóricos, os quais foram publicados em 2021 pela editora que lançou “Uma história feita por mãos negras”, um escrito organizado por Alex Ratts, que reúne 24 textos de Beatriz Nascimento, publicados entre 1970 e 1994. Pensadora insurgente à frente de seu tempo, a intelectual sergipana dedicou a sua vida a resgatar a história do negro no Brasil e possuía o intuito de romper com quatro séculos de invisibilização numa sociedade da qual as pessoas negras participaram e participam ativamente em todos os níveis de sua construção.

Recentemente, foi criado pelo Governo do Estado de Sergipe o selo de Escola Antirracista Professora Maria Beatriz Nascimento, o mesmo foi produzido por meio do decreto nº 458/2023 e será atribuído às escolas da rede estadual de ensino de Sergipe que cumprirem as atividades propostas no plano da Educação Antirracista, a qual efetiva-se no compromisso de ampliação de uma obrigação legal, ao atender às leis federais nº 10.639/2003 e 11.645/08, que instituem na rede de ensino de todo o país a oferta obrigatória de ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’, permitindo o resgate histórico da contribuição de pessoas negras na formação e construção da sociedade brasileira.

Em outubro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, a lei que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o nome da historiadora e ativista do feminismo negro, Maria Beatriz Nascimento. A Lei 14.712/2023 teve origem no PL 614/2022, do senador Paulo Paim (PT-RS), que comemorou o reconhecimento da trajetória da intelectual.

Enquanto sergipana, conhecer Maria Beatriz Nascimento durante o processo de maturação de ideias e leituras para esse escrito, foi ainda mais marcante para mim, pois me proporcionou um leque de reflexões e um misto de sentimentos, eu, mulher negra, nordestina e sergipana desconhecia a brilhante trajetória da minha conterrânea. Ao conhecer a sua história noto o quanto ela colaborou para que muitas de mim, pudesse ocupar espaços que a princípio não foram construídos para que mulheres negras ocupassem. Beatriz lutou para que hoje eu pudesse estar na universidade pública em função das políticas públicas de cotas, uma vez que a luta da brilhante sergipana contra o racismo foi fundamental para que eu pudesse pertencer e me sentir pertencente a espaços que são meus por direito, além de me reconhecer enquanto estudante, pesquisadora, docente e mulher negra. É por todas as Beatrices que devemos seguir

ecoando a nossa voz, a nossa luta e a nossa resistência. Seguiremos lutando pelo direito de ser e existir e lamento que uma mulher, mãe, filha, amiga, pesquisadora, ativista e professora tenha tido sua vida ceifada de maneira precoce em razão do feminicídio, ao tentar defender uma amiga do namorado agressor. O assassinato de Beatriz Nascimento, retrata um cenário de violência contra as mulheres, especialmente as mulheres negras do Brasil, que ainda hoje nos acomete.

Essa é Maria Beatriz Nascimento, mulher, negra, sergipana e heroína nacional. A qual possui uma contribuição valiosa para a produção de conhecimento em âmbito nacional. Uma das nossas grandes intelectuais de referência nos estudos críticos de História do Brasil e da diáspora africana. Suas contribuições nos fazem refletir acerca do legado de nossos antepassados as novas gerações, reverberando a importância de construirmos conhecimentos sobre o nosso povo e a nossa história, e ressignificando os significados dos quilombos.

3.8 - MARIA CONCEIÇÃO EVARISTO: DO TRABALHO DOMÉSTICO AS ESCRIVIVÊNCIAS

Sabendo que a desigualdade racial, aliada à pobreza e ao machismo, constituem a base de um sistema que oprime, exclui e mata a população negra diariamente, a literatura de autoria feminina se mostra como um terreno fértil, uma vez que se constitui em uma literatura de grande potencial a ser explorado na luta contra o sistema opressor que silencia e negligência o protagonismo das mulheres negras. Assim, ao situar a mulher negra como protagonista de suas histórias e sentimentos, a literatura negra feminina combate a representação negativa e inferiorizada dessa mulher, que tantas vezes foi representada na literatura brasileira por um viés estereotipado. É nesse contexto que emerge a próxima protagonista desse escrito, Maria Conceição Evaristo.

Maria Conceição Evaristo é uma renomada escritora, professora, ativista e pesquisadora brasileira cujas contribuições têm desempenhado um papel fundamental no reconhecimento e na valorização da mulher negra na sociedade brasileira. Sua obra abrange diversos gêneros literários, desde a poesia até o romance, e suas análises teóricas também são de grande relevância para os estudos de literatura afro-brasileira e feminismo negro.

Imagem 8: Maria da Conceição Evaristo (1946 -).



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

Nascida em 1946, em uma favela da zona sul de Belo Horizonte, capital e Minas Gerais, Maria da Conceição Evaristo, filha de mãe lavadeira e herdeira de uma tradição de subalternidade e trabalhos femininos domésticos, precisou conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o curso Normal, em 1971, já aos 25 anos, na tentativa de fugir da pobreza e da opressão, a escritora mudou-se para o Rio de Janeiro, para poder ingressar no magistério, após aprovação em concurso público e posteriormente, graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (EVARISTO, 2016). Conceição Evaristo justifica sua mudança de cidade pelo fato de já ter reservado para si, em Belo Horizonte, destino semelhante ao das mulheres de sua família: o trabalho doméstico. Em um depoimento concedido para o I Colóquio de Escritoras Mineiras, em maio de 2009, Conceição Evaristo destaca que: “Entrar para a carreira de magistério, naquela época, dependia de ser indicado por alguém e as nossas relações com as famílias importantes de Belo Horizonte estavam marcadas pela nossa condição de subalternidade”.

Durante a década de 1980, entrou em contato com o Grupo Quilombhoje. Estreou na literatura em 1990, com obras publicadas na série de Cadernos Negros, publicada pela organização. Suas obras, em especial o romance Ponciá Vicêncio de 2003, abordam temas como

a discriminação racial, de gênero e de classe. A obra foi traduzida para o inglês e publicada nos Estados Unidos em 2007 (EVARISTO, 2016). A literatura de Conceição Evaristo tem sido uma ferramenta poderosa na promoção da voz e da identidade da mulher negra. Em sua obra, ela aborda temas como a diáspora africana, a escravidão, o racismo e o sexismo, proporcionando uma visão única das experiências das mulheres negras no Brasil contemporâneo (EVARISTO, 2005).

A representatividade é um conceito central nas contribuições de Conceição Evaristo. Suas personagens refletem frequentemente as vidas e as lutas das mulheres negras brasileiras, oferecendo modelos a serem seguidos e inspirando outras a contar suas próprias histórias. Sua literatura é um espaço de autorrepresentação, permitindo que as mulheres negras se vejam refletidas na cultura literária brasileira (EVARISTO, 2010).

A autora retrata em suas obras o cotidiano de pessoas negras, mais especificamente de mulheres negras. Esse processo de escrita baseada em uma realidade muito vivenciada por Evaristo é denominado, segundo a própria autora, de “escrevivência.”. Evaristo explica que

[g]osto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco. Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo (EVARISTO, 2005, p. 202).

Assim, nota-se que a autora visualiza a ato de escrever como um ato libertador das amarras sociais, bem como uma consequência direta da resistência e persistência das escritoras afro-brasileiras. Apesar da exclusão histórica, pode-se observar que elas não apenas resistem, mas também registram suas vozes como mulheres negras, por meio de suas próprias narrativas. Esse ato corajoso abre caminhos para que mais mulheres negras integrem o mundo da escrita e contribuam com suas próprias vozes e experiências. Bento (2022), aborda acerca da importância de mantermos vivas as vozes:

Qualificar e manter vivas as vozes pela equidade e diversidade [...] pode colaborar para a construção da democracia em outras questões que envolvem a sociedade, dificultando a instauração de sistemas políticos, econômicos e sociais em que o pensamento único seja a regra (BENTO, 2022, p.113)

Em uma entrevista veiculada na TV PUC-Rio, realizada em 2017, Conceição Evaristo comenta o termo escrevivência como sendo uma construção natural, sem intencionalidade de formulação de conceito. Na oportunidade, a autora destaca que suas produções literárias estão intimamente ligadas à sua condição de mulher negra, oriunda das classes populares. Assim,

Evaristo busca construir uma literatura que visa dar sentimentos às personagens femininas, colocá-las no centro da cena, trabalhar a gramática do cotidiano, do povo, e etc. E reforça que: "A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (EVARISTO, 2007, p. 21).

A trajetória de Conceição Evaristo também é marcada por sua atuação como pesquisadora e acadêmica. Seu trabalho na área de literatura afro-brasileira e feminismo negro tem contribuído para o enriquecimento dos estudos literários e culturais do país. Ela ajuda a iluminar as vozes e as narrativas que historicamente foram marginalizadas e negligenciadas pela academia (VICINIESCKI, 2020).

A mulher negra é um tema recorrente na obra de Conceição Evaristo, e sua escrita é um veículo para explorar as complexidades de ser mulher e negra no Brasil. Ela desafia estereótipos e preconceitos, fornecendo uma visão crítica das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a discriminação (EVARISTO, 2005).

A relevância da obra de Conceição Evaristo transcende o âmbito literário. Seu trabalho também tem implicações políticas e sociais significativas. Ela é uma voz ativa na luta contra o racismo e o sexismo, e suas palavras têm inspirado movimentos e ativistas em todo o país.

Conceição Evaristo é autora de várias obras que vêm conquistando e formando leitores no Brasil e no mundo, como: Ponciá Vicêncio (2003), Becos da Memória (2006), Poemas de recordação e outros movimentos (2008), Insubmissas lágrimas de mulheres (2011), Olhos D'água (2014) e Histórias de leves enganos e parencças (2016). Suas obras narram histórias/vivências de mulheres negras, a autora, em seus escritos possibilita ecoar as vozes de mulheres negras tirando-as do silenciamento imposto a elas. São mulheres unidas, de alguma forma, produzindo e propagando suas escrevivências. Sua escrita é um ato político e uma forma de reivindicar o direito das mulheres negras de contar suas próprias histórias e moldar sua própria narrativa de existência.

A contribuição de Conceição Evaristo para a literatura brasileira também é reconhecida internacionalmente. Sua obra tem sido traduzida para diversos idiomas, ampliando o alcance de suas mensagens sobre a mulher negra e suas experiências (EVARISTO, 2010). De acordo com Kilomba (2019) o racismo e o sexismo são constituídos como uma forma de opressão socialmente construída e se encontra engendrados como um padrão em nossa sociedade. A autora aponta que uma das maneiras que podem desamarar a alienação seria por meio da produção cultural, pois "imagens "positivas" e não "idealizadas", da negritude criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem dismantelar essa alienação" (KILOMBA, 2019, p. 154)

Assim, interseccionalidade, um conceito teórico que reconhece as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras, é um elemento crucial nas contribuições de Evaristo. Ela analisa como as identidades de gênero, raça e classe se entrelaçam para moldar as experiências das mulheres negras, enriquecendo a discussão sobre o feminismo negro (AKOTIRENE, 2019).

As obras de Conceição Evaristo também são um tributo à resistência e à resiliência das mulheres negras. Ela retrata suas personagens como agentes de mudança, capazes de superar adversidades e desafiar as estruturas opressivas. Sua literatura é uma celebração da força e da determinação das mulheres negras (EVARISTO, 2005).

Recentemente, em setembro de 2023, pela primeira vez na história uma autora negra é vencedora do prêmio Intelectual do Ano. Desde 1962, o Troféu Juca Pato, concedido pela União Brasileira de escritores/as, a qual premia pensadores de destaque nacional, premiou este ano a escritora mineira Conceição Evaristo. A premiação é referente a 2022, quando a escritora publicou o livro *Canção para Ninar Menino Grande*. Segundo a sinopse, o livro “Trata-se de um mosaico afetuoso de experiências negras, um canto amoroso e dolorido. Na figura do personagem Fio Jasmim, Conceição discute com maestria as contradições e complexidades em torno da masculinidade de homens negros e os efeitos nas relações com as mulheres negras.”

A importância da representatividade na literatura de Conceição Evaristo contribui para o reconhecimento das mulheres negras como protagonistas de suas próprias histórias e como agentes de transformação social. O que potencializa as escrituras das mulheres negras, pois como destaca Carneiro 2011, as mulheres negras brasileiras “tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social” (CARNEIRO, 2011, p.130). E as produções de Conceição veem desafiar estereótipos e proporcionar espaços onde as mulheres negras podem se ver como heroínas de suas próprias narrativas (ARRAES, 2020).

Tecer, me debruçar e vivenciar Maria Conceição Evaristo, me inspira e me emociona. Saber que uma mulher negra direcionou suas escrituras para ecoar visibilidade, empoderamento e pertencimento às mulheres negras, desafiando estereótipos e lutando contra a discriminação racial e de gênero, reforça o quanto especial é o legado de uma das maiores referências brasileiras. Conceição Evaristo é dona de uma voz que quebra a imposição e o silêncio, na medida em que compartilha e fomenta a mulher negra, empoderada que reivindica o seu espaço e lugar de fala. Ela é uma figura inspiradora e fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e as suas escrituras são as suas sementes enunciativas. E esse trabalho é fruto de diálogos de mulheres negras que visam incomodar a casa grande e enegrecer a nossa história, os espaços culturais, as academias e a literatura, na medida em que

ecoamos a nossa voz e a nossa potência! Conceição Evaristo, produz muito mais que literatura, ela produz vida, ao escrever e narrar histórias apontando direcionamentos, agregando ainda mais importância a sua brilhante trajetória e contribuição intelectual. Conceição Evaristo nos inspira a ter certeza que o mundo nos pertence e podemos transcender enquanto sujeitos e burlar as histórias que a casa grande tende a nos direcionar, somos donas da nossa própria trajetória, sonhos e vivências e para nós mulheres negras escrever é um ato político e são as escrevivências que nos aproximam e potencializam a nossa voz, sigamos!

3.9 - MARIA FIRMINA DOS REIS: A PRIMEIRA ROMANCISTA BRASILEIRA

Em 2024, a presença feminina é marcante em todos os níveis de formação educacional. Todavia, ao refletirmos acerca da história do acesso das mulheres à educação, é perceptível que durante muito tempo em nosso país, elas eram excluídas e proibidas de frequentar a escola. A aprendizagem era vista como um desperdício de tempo para o universo feminino, a menos que a busca pelos estudos e aprendizagens, estivessem direcionadas para as atividades de cunho doméstico e familiar, uma vez que a principal função de uma mulher durante o século XIX era ser uma boa mãe, esposa e dona de casa.

Para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes (TELLES, 1989, p. 75).

É nesse contexto e na contramão de tudo que se era esperado de uma mulher que surge a próxima protagonista desse escrito, a Maria Firmina dos Reis. A qual teve sua vida e obra marcadas por ser voz abolicionista em um tempo em que a escrita literária de autoria feminina era praticamente inexistente e dentro do contexto escravocrata.

Poucos ouviram falar dessa mulher que deveria constar nos livros como uma peça importante da literatura brasileira e da história da população negra do país, o seu esquecimento é um dos mais injustos quando se trata da literatura brasileira. Maria Firmina dos Reis, ao que se sabe, nasceu em 1822, em São Luís, no Maranhão. Ainda que muitos dados apontem para o ano de 1825- data de seu batismo-, filha de uma escrava alforriada e de um pai negro. É reconhecida como uma das primeiras escritoras negras do Brasil e uma figura importante na literatura afro-brasileira. Suas contribuições tiveram um impacto significativo no reconhecimento e na valorização da mulher negra no contexto brasileiro (FURTADO, 2017).

Imagem 9: Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917).



Fonte: Imagem retirada do portal Literafro. (2023, s/p)

A obra literária de Maria Firmina dos Reis desempenhou um papel crucial na representação das mulheres negras na literatura brasileira. Seu romance "Úrsula," publicado em 1859, durante muito tempo passou despercebido da crítica literária, porém, como afirma a pesquisadora Fernanda Miranda, "Maria Firmina dos Reis, em outra ótica, é uma autora que permaneceu apagada por mais de um século, mas que tem sido resgatada no tempo contemporâneo de forma proeminente" (MIRANDA, 2019, p.25). Destarte, seu escrito é considerado um marco na literatura afro-brasileira e apresenta personagens femininas complexas e fortes (MUZART, 2000). Através de sua escrita, Maria Firmina dos Reis contribuiu para que as experiências das mulheres negras fossem registradas e reconhecidas na literatura, que muitas vezes negligenciava suas vozes.

Nesse viés, a intelectual Fernanda Miranda (2019), ressalta que "o apagamento da voz negra é sistêmico, histórico e concreto" (MIRANDA, 2019, p.28). Ou seja, o racismo estrutural barra toda a produção de conhecimento construída por pessoas negras, com o intuito de fortalecer o discurso de que o espaço literário não pertence aos/as negros/as, e reforça as bases de uma história única, com heróis, heroínas e produtores/as de conhecimentos predominantemente, brancos/as (ALMEIDA, 2019).

Além disso, durante 50 anos, a escritora colaborou com vários jornais maranhenses, onde publicou poesias, contos e crônicas. Entre eles, os contos *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887), dois de seus textos mais famosos. Maria Firmino abordou questões sociais e raciais em seus escritos, destacando a discriminação racial e a luta por igualdade. Sua poesia e

prosa refletiam as preocupações com a condição da mulher negra no Brasil do século XIX, lançando luz sobre a interseção entre raça e gênero em sua época (MARTINS, 2016).

Maria Firmina dos Reis também foi uma pioneira na denúncia do sistema escravocrata, utilizando sua escrita como uma forma de resistência e ativismo. Em suas obras, ela questionava a instituição da escravidão e defendia a emancipação e a liberdade dos/as negros/as. Nesse viés, de acordo com Souza e Cararo (2018):

Além de talentosa, ela não se deixava se calar. Quando os movimentos abolicionistas começaram a se alastrar pelo país, ganhando mais força a partir da década de 1880, ela continuou em sua luta antiescravista através da literatura. Em 1887, no auge do movimento abolicionista no Maranhão, publicou o conto “A escrava” (SOUZA; CARARO, 2018, p. 50).

Destarte, observa-se que as obras de Maria Firmina discutem a questão da escravidão, ecoando voz e protagonismo aos seres humanos escravizados, uma vez que são as personagens que narram suas dores e angústias, assim como exaltam a liberdade e felicidade que foram obrigados a deixar para trás, na África, pois como dizia a autora: “Mente ninguém pode escravizar” (REIS, 2004, p. 38).

Sua atuação não se limitou apenas à literatura. Maria Firmina dos Reis foi uma educadora e em 1847, foi a primeira mulher de Guimarães aprovada em um concurso para professora primária e se recusou a ser carregada por negros/as pelas ruas da cidade, pois Maria Firmina dizia que negros/as não eram animais para se andar em cima, em 1880 fundou uma escola mista no Maranhão, onde promoveu a educação como ferramenta de empoderamento das pessoas negras, incluindo mulheres. Assim, Maria Firmina manifestou a sua insatisfação com um sistema educacional que alimentava a desigualdade de gênero e criou uma instituição inclusiva e gratuita para a população carente que não podia arcar com as despesas educacionais do ensino privado (SOUZA; CARARO, 2018)

Além disso, sua contribuição para a literatura afro-brasileira se estendeu para a criação do movimento literário conhecido como "romantismo mulato," que influenciou futuros/as escritores/as afro-brasileiros/as, como Lima Barreto e Machado de Assis (MUZART, 2000). Através desse movimento, Maria Firmina dos Reis contribuiu para a valorização da cultura e da história afro-brasileira.

Sua persistência e coragem para enfrentar os desafios da época, tanto como escritora quanto como educadora, a tornaram uma figura emblemática na luta pelo reconhecimento da mulher negra no Brasil. Seu legado inspirou gerações subsequentes de mulheres negras a se levantarem e a fazerem ouvir suas vozes na literatura e na sociedade (RAMOS, 2021).

Maria Firmina dos Reis faleceu em 1917, pobre e cega, no município de Guimarães–

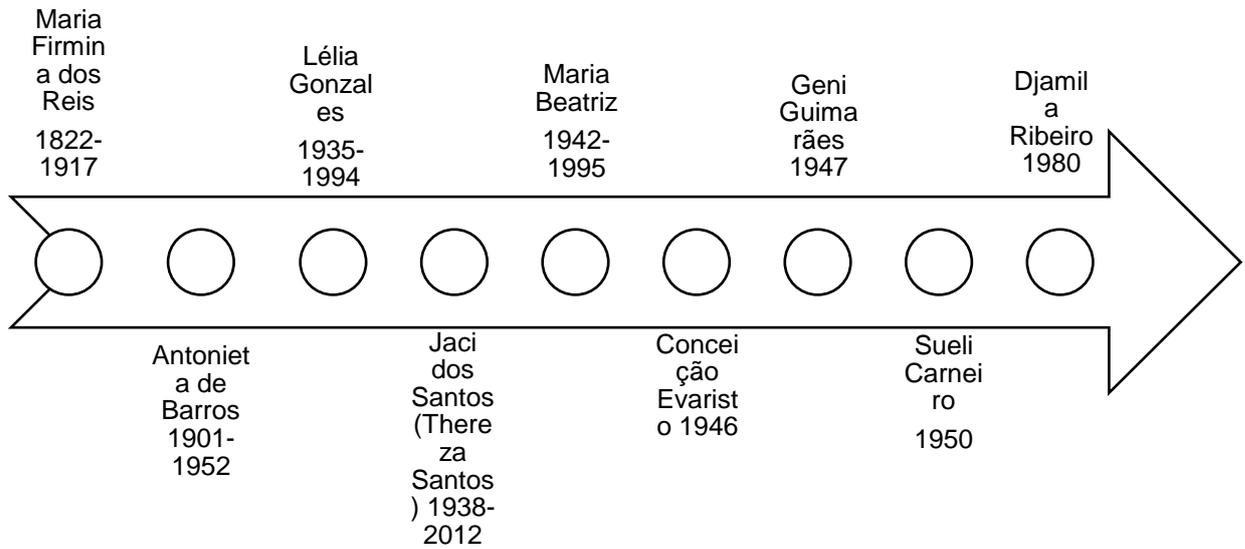
MA. O fim da sua vida marca o processo de silenciamento comum a várias autoras negras. Infelizmente, muitos dos documentos de seu arquivo pessoal se perderam e até o momento não se tem notícia de nenhuma imagem sua com credibilidade. A imagem usada nesse escrito e retirada do portal literafo foi elaborada a partir de retrato falado colhido por Nascimento Moraes Filho, biógrafo da autora. A propósito, circula na internet uma foto da escritora gaúcha Maria Benedita Borman, pseudônimo “Délia”, como se fosse da autora maranhense.

Maria Firmina dos Reis desempenhou um papel fundamental no reconhecimento da mulher negra no Brasil, através de sua literatura, sua luta contra o sistema escravocrata, sua dedicação à educação e sua influência no movimento literário afro-brasileiro. Sua vida e obra continuam a inspirar a luta por igualdade e justiça racial e de gênero no país, destacando a importância de sua contribuição para a história e a cultura afro-brasileira. Assim, conhecer a história de Maria Firmina dos Reis, me fez refletir a sua força e potencialidade por vivenciar um contexto o qual não a permitia ter referências para se espelhar no meio literário, por viver em uma época que nós seres humanos negros/as, não éramos considerados/as sequer humanos/as e por revolucionar ao ser pioneira em seus feitos. Saber que sua potente escrita e seu legado resistiu e segue resistindo as tentativas de apagamento torna a sua existência ainda mais significativa para mim, visto que conhecer Maria Firmina e os seus feitos faz-se necessário e me faz refletir o quanto a sua escrita é elucidativa e segue a denunciar as atrocidades e opressões que nós, negros/as, vivenciamos ao longo da história. Maria Firmina potencializa a nossa voz, a nossa luta e a nossa busca por equidade e justiça social e possibilita que sejam abertos caminhos para as próximas mulheres negras que poderão conhecer e se debruçar sobre a rica e potente protagonista que é a Maria Firmina dos Reis, uma mulher à frente do seu tempo e promissora da escrita e cultura afro-brasileira.

3.10 REFORÇANDO AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS

Para não reforçar a “amnésia coletiva” em torno das contribuições das mulheres negras, este subtópico apresenta uma síntese do que foi discutido anteriormente, afinal “[...] o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça vínculos da comunidade” (BENTO, 2022, p. 39).

Figura 01: Linha do tempo



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Quadro 01: Linha do tempo

NOME	ANO	OBRA DESTACADA	IMPACTO
Maria Firmina dos Reis	1822-1917	"Úrsula" (1859)	Primeira romancista brasileira a abordar questões raciais, contribuindo para o debate sobre a abolição da escravatura no Brasil.
Antonieta de Barros	1901-1952	Fundadora e diretora do jornal "A Semana"	Primeira deputada negra eleita no país. Lutou por uma educação de qualidade e acessível a todas as mulheres.
Lélia Gonzales	1935-1994	Por um feminismo afro-latino-americano (2020)	Desempenhou um papel fundamental na conscientização sobre a discriminação racial e na promoção dos estudos das ideologias negras.
Jaci dos Santos (Thereza Santos)	1938-2012	Malunga Thereza Santos - a história de vida de uma guerreira (2008)	Atuou na luta contra a opressão de gênero e raça, defendendo os direitos das mulheres negras e sua participação política.
Maria Beatriz Nascimento	1942-1995	Ôrí (1989)	Pioneira dos estudos das formações dos quilombos no Brasil. Contribuiu para a organização e mobilização da comunidade negra no Brasil, lutando por direitos civis, igualdade racial e justiça social.
Conceição Evaristo	Nascida em 1946	"Ponciá Vicêncio" (2003)	Escritora renomada, suas obras literárias destacam as experiências das mulheres negras no Brasil, aumentando sua visibilidade.

Geni Guimarães	Nascida em 1947	“ A cor da ternura” (1989)	Dedicou-se às questões sociais, especialmente à afirmação da afrodescendência, desafiando estereótipos e proporcionando uma representação mais rica e verdadeira da mulher negra.
Sueli Carneiro	Nascida em 1950	Fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra	Luta pelos direitos das mulheres negras e contribui para a discussão sobre o feminismo negro no Brasil.
Djamila Ribeiro	Nascida em 1980	"Quem Tem Medo do Feminismo Negro?" (2018)	Escritora e ativista, suas obras e discursos promovem o feminismo negro, combatendo o racismo e o sexismo.

Fonte: Elaborada pela Autora (2023).

Conhecer narrativas que destacam mulheres negras como protagonistas é uma maneira de desafiar a hierarquização do conhecimento e, ao mesmo tempo, se opor à invisibilidade das vozes marginalizadas, buscando integrá-las à história muitas vezes apagada por perspectivas dominantes. Segundo Ribeiro (2017), o conceito de "Lugar de fala" pode ser interpretado como o ponto de partida a partir do qual cada indivíduo percebe o mundo e, conseqüentemente, desenvolve interpretações e produz conhecimentos. Além disso, a autora enfatiza que nossa compreensão do mundo é influenciada por fatores estruturais, como classe, raça e gênero.

Para descolonizarmos o conhecimento precisamos nos ater à identidade social não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas, desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outros são fortalecidas (RIBEIRO, 2017, p. 29).

Nesse sentido, para descolonizar o conhecimento é preciso reconhecer e entender a relação entre o conhecimento e as identidades sociais em um contexto de descolonização. Uma vez que, para descolonizar o saber no que tange às questões de gênero, classe e raça, deve-se considerar não apenas as narrativas e perspectivas dominantes, mas também as vozes e experiências historicamente marginalizadas. Ao mesmo tempo, em que se precisa indagar a quem foi concedido o poder de definir o que é conhecimento, e como essa dinâmica tem sido moldada por estruturas de poder e privilégio. Assim, nota-se que, para descolonizar o conhecimento, é essencial oportunizar espaços e valorizar os saberes e epistemologias de grupos historicamente silenciados e invisibilizados.

Desse modo, não possuir espaços de fala resulta em invisibilidade e na ausência de reconhecimento das histórias e experiências individuais. Visto que o ato de falar proporciona que a pessoa exista, além de possibilitar que os sujeitos reflitam e questionem as histórias

tradicionais passadas, por vezes como verdades absolutas, desconhecer a sua história é desconhecer a sua existência e essência. Ademais, conhecer histórias protagonizadas por mulheres negras vai além de simplesmente ampliar o repertório de narrativas, uma vez que elas representam um ato de resistência contra a hierarquização dos saberes e uma forma de ecoar às experiências silenciadas pela historiografia tradicional (RIBEIRO, 2017).

Nessa mesma linha de pensamento, pode-se perceber durante a construção desse escrito que autoras negras têm se dedicado a uma escrita que destaca as experiências das mulheres negras, ocupando um espaço de fala que tradicionalmente lhes foi negado por uma sociedade permeada por machismo, sexismo e racismo. Por meio de suas obras e escrituras, elas desafiam estereótipos, questionam as bases dominantes, proporcionam reflexões e promovem a representatividade e o empoderamento, bem como, potencializam a descolonização do conhecimento ao apresentar o mundo sob diferentes perspectivas, para aqueles/as, as quais intencionam ver o mundo por outros olhos, que não os coloniais.

Ademais, Ribeiro (2018): reforça que:

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual as diferenças não significam desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais (RIBEIRO, 2018, p. 27).

Destarte, possibilitar o acesso a esses espaços de expressão é mais do que simplesmente se opor a discursos considerados dominantes; é reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos por indivíduos historicamente racializados e marginalizados, além de serem fundamentais para uma leitura do mundo. Enquanto oportuniza reconfigurar o mundo de maneira mais inclusiva, a partir de perspectivas enriquecedoras e diversas.

Assim, pensando a partir das reflexões propostas por Grada Kilomba (2019), visualizo a escrita como uma

[...] forma de transformar, pois eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] o ato da escrita como um ato de tornar-se. (KILOMBA, 2019, p. 27-28).

Nesse processo de tornar-se por meio da escrita, é relevante enfatizar o potencial transformador da escrita como uma ferramenta de empoderamento pessoal e política, especialmente para as pessoas que, assim como eu, cujas vozes historicamente foram/são marginalizadas e silenciadas. Outrossim, trilhar esse caminho me permite vivenciar o ritmo da

escrita, enquanto pude construir narrativas a partir das “escrevivências” das mulheres protagonistas desse trabalho, pois, é em síntese, uma mulher negra criando significados sobre si - e sobre as outras. O que potencializa o ser ator da própria história, como um ato político no qual as mulheres negras estão escrevendo e ecoando as suas narrativas, recusando-se a serem definidas por outros/as e reafirmando sua capacidade de contar suas próprias histórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres negras tiveram suas histórias, vivências e lutas silenciadas, como foi discutido neste trabalho. Destarte, toda a construção social das identidades de gênero, raça e classe estão interligadas, portanto, a análise das vivências das mulheres negras deve considerar essas interseccionalidades. Além disso, durante esta pesquisa, foi perceptível que o silenciamento e a invisibilidade das mulheres negras, imbricados ao racismo estrutural, permeiam toda a sociedade, de modo que constituem as bases formativa social. É preciso reconhecer que a valorização das histórias de mulheres negras não se limita a um resgate histórico, mas deve considerar também o protagonismo dessas mulheres, na medida em que se reconhece a importância de incluir suas vozes e perspectivas na literatura/sociedade brasileira, destacando a relevância de se ouvir e reconhecer as experiências daqueles que vivenciam o racismo e o sexismo.

Ao refletir e visualizar ao meu redor, torna-se perceptível que as personalidades negras não se encontram em lugares de destaques em minhas vivências. E tudo isso deve-se ao processo de marginalização e exclusão de pessoas negras de espaços de poder, mediados pela tríade do racismo, machismo e classismo. Infelizmente, desde criança somos direcionados/as a ler e acreditar que os/as grandes heróis e heroínas do Brasil e da nossa história são pessoas brancas, somos direcionados/as a odiar a nossa cor, nossos traços, cabelos e até a negar a nossa identidade. Nós, pessoas negras, levamos tempo para nos reconhecer enquanto pessoa preta e a entender a riqueza e maestria da nossa ancestralidade. Crescemos, vendo nossos/as irmãos/irmãs de raça, ocupando lugares subalternos, sendo representados nos meios de comunicação de maneira estereotipadas, vemos nossas vidas sendo perseguidas e sendo tiradas de maneiras banais, vemos as mulheres negras sendo silenciadas e suas lutas e histórias como coadjuvante da nossa história, quando deveriam ser o que são PROTAGONISTAS. Vemos o mercado de trabalho nos inferiorizando, e nos direcionando para o trabalho braçal. Questionam a nossa potência, as nossas dores, a nossa inteligência e a nossa ancestralidade. Nos reservam o menor espaço, nos dão o menor salário e nos direcionam ao lugar do desrespeito ao questionarem e duvidarem da nossa capacidade profissional.

E é contrapondo os achismos, na contramão dos lugares que historicamente nos são destinados, que esse trabalho foi produzido para ecoar a nossa voz, a nossa história e a nossa potencialidade. Deste modo, o objetivo geral de viabilizar a representatividade das mulheres negras na sociedade, através do resgate de suas histórias e vivências foi cumprido na medida que também foi respondido o problema de pesquisa inicial, cuja pergunta foi: quem são as

mulheres negras marginalizadas pelo racismo, sexismo e machismo?. Assim, trata-se de um escrito que propõe um outro pacto civilizatório, no qual a escrita se mostra como um caminho e uma direção. Onde a marginalização da mulher negra é superada e as suas vivências e produções são ecoadas refutando anos de silenciamento e violências.

Dentro dessa premissa, o estudo apresentado neste trabalho foi fruto de análises de histórias de vida, diálogos e estudos sobre o tema, para que se pudesse contar um pouco da história dessas nove mulheres negras que se conectam pela raça, gênero, ativismo, docência e licenciaturas, a partir da ótica do feminismo negro e baseado nos estudos culturais. Busquei por meio deste, atingir o objetivo geral ao viabilizar por meio de registro as histórias de vida de mulheres negras, na oportunidade estas foram elencadas, sem visar apenas as suas lembranças do passado, mas, as suas experiências que evocam e ecoam sentimentos e vivências que foram invisibilizados/as pelo conhecimento hegemônico o qual colaborou para com a inferiorização e distorção das vivências negras. Essa invisibilidade remete novamente ao lugar social da população negra, pois mesmo depois de anos de abolição da escravatura no Brasil, homens e mulheres negras, permanecem tendo suas culturas invalidadas e invisibilizadas. Assim como a história de Dandara, a líder do Quilombo dos Palmares, que é ocultada e desconsiderada, mesmo tendo uma atuação significativa na luta pela liberdade do povo negro e na construção histórica da sociedade brasileira. Quantos/as de nós conhecemos a história de Dandara? Assim, nesse escrito, as histórias das protagonistas são elucidadas em suas experiências, por vezes massacradas em sua identidade, que evidenciam e resgatam as suas histórias, enquanto se tem suas potencialidades recriadas e fortalecidas.

Destarte, escrever, falar, ser, tornar-se e ecoar por meio desse escrito, me reflete ao pensamento que todos/as fazemos parte de um povo, com histórias, culturas e vozes, que precisam ser ouvidas e valorizadas. Nesse viés, essa produção, além de possibilitar uma leitura e construção de conhecimentos críticos, visa proporcionar debates necessários para a construção de um mundo mais equitativo, além de propor reflexões sobre questões necessárias. Ecoar voz, ouvir e conhecer histórias de pessoas que vivem as consequências do racismo, tão presente em nosso país, é o ponto central deste escrito. Sendo assim, também faço meu papel de evidenciar e protagonizar uma história que também é minha, sou mulher, acadêmica, licenciada, docente, ativista, nordestina e negra. E toda a construção desse escrito me fez refletir a importância de ter consciência de raça e classe, e o quanto esses marcadores sociais atravessam nossas experiências.

Sou cria da educação pública e hoje estou aqui, frequentando o ensino público superior, por meio da política de ações afirmativas para negros/as, com renda salarial igual ou inferior a

um salário-mínimo e meio e compreendo o ato de escrever como um ato revolucionário, bem como uma consequência direta da resistência e persistência de escritoras negras ao narrarem suas “escrevivências”. O qual denota que além de lutarmos por um lugar de fala, nós mulheres negras, conquistamos um espaço de fala também no ambiente acadêmico, e que apesar da exclusão histórica, pode-se observar que nós não apenas resistimos, mas também registramos nossas vozes como mulheres negras, por meio de nossas próprias narrativas. O que fortalece o enegrecimento das discussões e perspectivas de mundo à tona, visto que é o mundo das mulheres negras pelas mulheres negras. E para nós mulheres negras, escrever constitui-se em um ato político! E é pensando no poder transformador da escrita, e nas mulheres negras que movimentam estruturas através das suas ações e produção de conhecimento que intenciono que esse escrito seja um pontapé para outras mulheres negras, as quais visam superar paradigmas através da escrita.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, Fernanda Amorim. TERUYA, Teresa Kazuko. A pesquisa como ato reflexivo de coragem e disputa por significado. **Textura**: revista de educação e letras. V.22, n. 49, p. 190-204, jan/mar, 2020.
- ACOPIARA, M. **Mulheres negras inspiradoras**. São Paulo: Principis, 2022.
- AKOTIRENE, C. **Feminismos plurais**: Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, Amanda Roque de. **A representação do Negro na obra A cor da Ternura, de Geni Guimarães**. Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- ARRAES, J. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. 2 ed. São Paulo: Seguintel, 2020.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- _____. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BORGES, R. S. **Retratos do Brasil Negro**: Sueli Carneiro. São Paulo: Selo Negro, 2009
- BRASIL. **A Lei 14.712, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023**. Inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília, DF: Presidência da Republica, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14712.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.
- CARNEIRO, S.; SANTOS, T. **Mulher Negra**: política governamental e a mulher. São Paulo: Nobel, 1985.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf> . Acesso em: 10 set. 2023.
- _____. **A cor do preconceito**. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. **A mulher negra brasileira na década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- _____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

_____. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, v.17 n. 49, São Paulo, set./dez, 2003.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Sobrevivente, testemunha e porta-voz. [Entrevista cedida a] Bianca Santana. Cult, São Paulo, n. 223, ano 20, maio 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro.** Trad. Jamile Pinheiro Dias. Editora Boitempo, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **A inserção da população negra no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.pdf>.

Acesso em: 17 jul. 2022.

ESPÍNDOLA, E. M. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.** 2015 . 282 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

EVARISTO, C. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: Cultura Afrobrasileira.** Brasília/DF a. I, n. 1, ago, 2005.

_____. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. *In:* PEREIRA, E.A. (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

_____. **Olhos D'água.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

_____. *Poemas da recordação e outros movimentos.* Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. Depoimento da escritora Conceição Evaristo, **Anais...** V colóquio Mulheres em Letras, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, 20 abr. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=heHftI429U4>. Acesso em 04 set. 2023.

FURTADO, L. M. **Memorial de Maria Firmina dos Reis.** São Paulo: Uirapuru, 2017.

GELEDÉS – Instituto Mulher Negra. **O que é Geledés.** São Paulo: GELEDÉS – Instituto Mulher Negra, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/> . Acesso em: 10 out. 2023.

GEMELLI, C. E.; FRAGA, A. M. O que é lugar de fala?, de Djamila Ribeiro. **Cadernos de Gênero e Diversidade,** [S. l.], v. 5, n. 3, p. 217–221, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v5i3.32734. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/32734>. Acesso em: 5 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Pesquisa social. In: _____. **Método e técnica da pesquisa social**. 6. ed. 4ª reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES SILVA, T. O. Thereza Santos, guerreira comunista que se fez Malunga. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 242–259, 2022. DOI: 10.23925/ls.v26i49.62515. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62515>. Acesso em: 4 set. 2023.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, **ANPOCS**, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONÇALVES, R. O pensamento insurgente de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 213–225, 2022. DOI: 10.23925/ls.v26i49.62428. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62428>. Acesso em: 4 set. 2023.

HOOKS, B. Intelectuais negras. In: **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, p. 464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 17/04/23

_____. *Feminist theory: from margin to center*. *South End Press*, 2000.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e pesquisas**: Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1-12, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 21/07/2023

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LITERAFRO. **Antonieta de Barros**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 04 ago. 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/57-antonieta-de-barros>. Acesso em: 22 jul. 2023.

_____. **Beatriz Nascimento**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 15 jul. 2023. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Conceição Evaristo**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 20 jun. 2023.

Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 19 set. 2023.

_____. **Geni Guimarães**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 19 jan. 2023.

Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/267-geni-guimaraes>. Acesso em: 19 set. 2023

_____. **Lélia Gonzalez**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 15 jul. 2023.

Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Maria Firmina dos Reis**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 15 set. 2023.

Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>.

Acesso em: 20 set. 2023.

_____. **Sueli Carneiro**. O Portal da literatura Afro-Brasileira. 05 maio. 2023.

Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 19 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar, escrever...** Educação, Sociedade e Culturas, Porto, v. 1, n. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em:

<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>. Acesso em: 09/06/2023

MARTINS, L. D. **Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Trad. Suely Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001.

MIRANDA, FERNANDA R. **Silêncios prEscritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2016)**. RIO DE JANEIRO: MALÊ, 2019.

MUZART, Z. L. “**Maria Firmina dos Reis**”, livro organizado pela mesma. Escritoras Brasileiras do Século XIX. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2000.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

OLIVEIRA, E. R. **Narrativas de Thereza Santos: contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2474/2375.pdf?sequence=1> Acesso em: 13 nov. 2023

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em:

https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIjano.pdf . Acesso em: 20/08/2023

- RAMOS, A. **50 mulheres para se inspirar**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2021.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.
- REIS, Maria Firmina dos. *A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC – Minas, 2004.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- _____. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTANA, B. **Contínuo Preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SANTOS, Boaventura dos. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES . 135. Coimbra, 1999 Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf> Acesso em: 29/04/2023.
- SANTOS, T. **Malunga Thereza Santos**. A história de vida de uma guerreira. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2008.
- SERGIPE. Estado. Decreto nº 458/2023. **Selo de Escola Antirracista Professora Maria Beatriz Nascimento**. Out. 2023.
- SEVERINO, Antônio, Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 106-109.
- SILVA, A. R. S. da. Da literatura negra à literatura afro-feminina. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 91-102, 2010. DOI: 10.11606/va.v0i18.50743. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50743>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- SILVA, C. F. Feminismo Negro: uma perspectiva do discurso ideológico na desigualdade histórica da mulher negra. **Porto das Letras**, v.7, n.1, 2021.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.
- SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. **Extraordinárias: Mulheres que Revolucionaram o Brasil**. 2ª ed. - São Paulo: Editora Seguinte, 2018.
- SOUZA, NEUZA SANTOS. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro**. São Paulo: GRAAL, 1983.
- SOUZA, T. **Quem é Antonieta de Barros, primeira deputada negra que criou o Dia do Professor**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/10/4955458-quem-e-antonieta-de-barros-primeira-deputada-negra-que-criou-o-dia-do-professor.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

TELLES, Norma. Rebeldes escritoras, abolicionistas. *Revista História* [online], São Paulo, 120, p. 73-83, jan./jul. 1989. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18593/20656/22124>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

TV PUC-Rio. **A “escrivência” na literatura feminina de Conceição Evaristo.**

YouTube, 16 de maio de 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=z8C5ONvDoU8>. Acesso em: 23/10/23.

VICINIESCKI, B. **Conceição evaristo e suas contribuições como escritora e pesquisadora.** *Anais ... I CONEIL...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72057>>. Acesso em: 04 set. 2023.

WOLFENSON, Helena. **Djamila Ribeiro é a primeira brasileira da história a receber o BET Awards.** Carta Capital, 2021. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/cultura/djamila-ribeiro-e-a-primeira-brasileira-da-historia-a-receber-o-bet-awards/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.